



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCENCIA DO ENSINO
SUPERIOR**

**ÉTICA PROFISSIONAL DO DOCENTE DO ENSINO
SUPERIOR**

Adriana Maria de Mesquita Rodrigues.

Fortaleza – CE
2012

Adriana Maria de Mesquita Rodrigues.

ÉTICA PROFISSIONAL DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR

Monografia apresentada á Coordenação do
Curso Especialização em Docência Ensino
Superior para obter o Curso de Especialista.

Orientadora: Glauca Maria de Menezes
Ferreira – L.D.

FICHA CATALOGRÁFICA

RODRIGUES, Adriana Maria de Mesquita. Ética Profissional do Docente do Ensino Superior

Ceará. UFC – Universidade Federal do Ceará.

Orientação: Glaucia Maria de Menezes Ferreira – L.D. Fortaleza 2012.

Páginas: 67

Monografia apresentada á Coordenação do Curso Especialização em Docência Ensino Superior para obter o Curso de Especialista

1. Ética, 2. Direito, 3. Moral, 4. Conhecimento, 5. Sociedade.

Dedico este trabalho a Deus, que é a fonte de toda sabedoria e que está sempre a me guia em todos os caminhos da vida.

A todos aqueles que direta ou indiretamente cooperaram comigo para a realização deste trabalho.

“Chamamos de Ética o conjunto de coisas que as pessoas fazem quando todos estão olhando. O conjunto de coisas que as pessoas fazem quando ninguém está olhando chamamos de Caráter”.

Oscar Wilde

RESUMO

É extremamente importante saber diferenciar a Ética da Moral e do Direito. Estas três áreas de conhecimento se distinguem, porém têm grandes vínculos e até mesmo sobreposições. O Direito busca estabelecer o regramento de uma sociedade delimitada pelas fronteiras do Estado. As leis têm uma base territorial, elas valem apenas para aquela área geográfica onde uma determinada população ou seus delegados vivem. Alguns autores afirmam que o Direito é um sub-conjunto da Moral. Esta perspectiva pode gerar a conclusão de que toda a lei é moralmente aceitável. Inúmeras situações demonstram a existência de conflitos entre a Moral e o Direito. A desobediência civil ocorre quando argumentos morais impedem que uma pessoa acate uma determinada lei. Este é um exemplo de que a Moral e o Direito, apesar de referirem-se a uma mesma sociedade, podem ter perspectivas discordantes. A Ética é o estudo geral do que é bom ou mau, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. Um dos objetivos da Ética é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Ela é diferente de ambos - Moral e Direito - pois não estabelece regras. Esta reflexão sobre a ação humana é que caracteriza a Ética.

Palavras-chave: Ética, direito, moral, conhecimento, sociedade.

ABSTRACT

It is extremely important to differentiate the Moral Ethics and Law. These three areas of knowledge are distinguished, but they have great links and even overlap. The law seeks to establish the regramento a company limited by state borders. Laws have a territorial base, they apply only to that geographic area where a given population or their delegates live. Some authors claim that the law is a subset of Morals. This perspective can lead to the conclusion that the whole law is morally acceptable. Numerous cases demonstrate the existence of conflicts between law and morality. Civil disobedience occurs when moral arguments preclude a person abide by a certain law. This is an example of the moral law and, although referring to a society, may have conflicting perspectives. Ethics is the general study of what is good or bad, right or wrong, just or unjust, proper or improper. One goal of ethics is the search for justification for the rules proposed by the Law and Morals. It is different from both - Morality and Law - because rules. This reflection on human action is featuring Ethics.

Keywords: Ethics, law, morals, knowledge society.

Adriana Maria de Mesquita Rodrigues

Ética Profissional do Docente do Ensino Superior

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Adriana Maria de Mesquita Rodrigues

Data da aprovação ____/____/____

Gláucia Maria de Menezes Ferreira_ L.D.
Orientadora

Gláucia Maria de Menezes Ferreira_ L.D.
Coordenadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA ÉTICA.....	15
1.1 - O Código de Ética Profissional.....	18
1.2 - O - Estudo da doutrina na Ética.....	21
2. CAPÍTULO II - ÉTICA	
PROFISSIONAL.....	26
2.1 – Conceito de bem do aluno e da Justiça.....	27
2.2 – Compromisso e Competência.....	34
3. CAPÍTULO III - ÉTICA PROFISSIONAL DO DOCENTE DO	
ENSINO SUPERIOR.....	41
3.1 – Docentes como profissionais da educação.....	45
3.2 - A Ética Profissional do Professor.....	47
3.3 – Ética e Moral.....	54
CONCLUSÕES	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

A relevância ética da educação é hoje facilmente reconhecida, em um mundo que se apresenta cada vez mais desigual e instável. Complexas e plurais, as sociedades contemporâneas acrescentam à distribuição desequilibrada da riqueza a afirmação de múltiplas identidades culturais e a consequente reivindicação de direitos de indivíduos e grupos, que os poderes políticos devem respeitar nas suas diferenças. Ao mesmo tempo, estas sociedades multi-étnicas e multiculturais geram dinâmicas muitas vezes contraditórias, assentes em axiologias diversas e sustentando conceptualizações díspares de justiça, dificilmente universalizáveis. Neste contexto macro, a escola inscreve-se como um microsistema também ele complexo e contraditório, onde se reproduzem as dinâmicas e as tensões sociais, com as consequentes divergências axiológicas e éticas.

A pluralidade das matrizes sociais e culturais das populações escolares impõe às escolas o desafio de uma educação que se pretende inclusiva, universal e simultaneamente respeitadora das identidades singulares. Esta circunstância, ao convocar entendimentos e práticas de justiça potencialmente conflitantes, conduz os professores à necessidade de avaliarem reflexivamente o seu trabalho, quer em relação aos princípios fundadores quer às finalidades, quer ainda em relação às opções e procedimentos de natureza pedagógica. Sendo hoje incontestável a diversidade cultural da população estudantil de muitas escolas, é, no entanto legítimo questionar até que ponto estas são, de facto, escolas multiculturais, isto é, até que ponto reconhecem, incluem e fazem uso pedagógico da heterogeneidade sociocultural dos seus alunos. Justifica-se, pois, que os professores enveredem por um trabalho indagador para o qual não são habitualmente solicitados, mas que parece cada vez mais necessário em face das mudanças que têm marcado a escola e os modos de exercer a docência e que, além disso, poderia ser um bom contributo para o reforço da sua autonomia profissional.

Com efeito, a massificação do ensino, a emergência de novas exigências sociais e de novas tecnologias de informação e, mais recentemente, a subordinação das políticas educativas nacionais à agenda europeia, apostada em “melhorar a competitividade da União Europeia no mundo globalizado” (Comissão Europeia, 2007, p. 3) têm provocado mudanças na atividade docente e na consciência indenitária dos professores enquanto profissionais. Consequentemente, a deontologia profissional docente, que desde as duas últimas décadas do século XX tem vindo a sofrer alterações mais ou menos profundas, vê agora ser-lhe atribuído

um acréscimo de deveres, cuja operacionalização requer competências de uma natureza distinta das que são habitualmente estimuladas na formação inicial. De acordo com a Comunicação da Comissão Europeia atrás referida, estes novos papéis requerem formação para abordagens e estilos de ensino diversificados, até porque as aulas são agora frequentadas por uma mistura mais heterogênea de jovens provenientes de contextos diferentes e com diferentes níveis de capacidades e de incapacidades. Por isso os professores devem ser capazes de usar as oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias e de responder às necessidades da aprendizagem individualizada. Podem, além disso, ser chamados a tomar decisões e a desempenhar tarefas diretivas decorrentes da crescente autonomia das escolas.

Ora, ainda que uma parte significativa das competências requeridas aos professores para o desempenho profissional seja de natureza técnica, a diversidade e a heterogeneidade dos alunos e a afirmação do direito de cada um ser apoiado no seu modo individual de aprender exigem do professor o exercício de outro tipo de competências, de reflexividade e de atenção aos outros, que são do domínio da sensibilidade e da ética.

É, portanto consensual que a identidade profissional dos professores comporta dimensões éticas; porém, quais são essas dimensões e por que formas se manifestam na prática de ensino são questões cujas respostas permanecem em aberto. Por isso, o cultivo da análise reflexiva e da crítica por parte dos professores, o exercício de uma prática profissional intencionalmente ética e tendo em vista a formação de sujeitos éticos é uma salvaguarda da sua autonomia e um modo de afirmação de uma identidade profissional forte.

Ética profissional é o conjunto de normas morais pelas quais um indivíduo deve orientar seu comportamento profissional. A ética é importante em todas as profissões, e para todo ser humano, para que todos possam viver bem em sociedade.

Todos os códigos de ética profissional trazem em seu texto a maioria dos seguintes princípios: honestidade no trabalho, lealdade na empresa, alto nível de rendimento, respeito à dignidade humana, segredo profissional, observação das normas administrativas da empresa e muitos outros.

O Código de Ética é um instrumento criado para orientar o desempenho das empresas em suas ações e na interação com seus públicos. Para um envolvimento maior, é importante que a empresa faça um código de ética bem objetiva, para facilitar a compreensão dos seus funcionários.

Além das empresas, a maioria das profissões possuem seu próprio Código de Ética, principalmente em áreas da saúde onde existem muitas questões éticas ligadas a vida, morte, como é o caso do exercício de medicina, enfermagem, atendimentos e outros.

Sabe-se que toda profissão possui seu código de ética, que é responsável pela orientação do caminho a ser seguido pelo profissional no seu campo de atuação. O grande problema é gerado quando aquele que detêm o poder de transmitir, gerenciar, abrir os horizontes dos discentes, o docente, faz uso indevido de suas atribuições, fazendo com que os propósitos sejam desviados.

Destaca-se como objetivo deste trabalho discutir e mostrar como a ética deve ser trabalhada nas instituições de ensino superior por parte dos docentes envolvidos, através do código de ética do profissional ou por um meio auxiliar do referindo código. A ética é indispensável para que todos os objetivos sejam alcançados, fazendo-se necessário, em sua essência na vida de todo cidadão, principalmente daquele que detêm a missão singular de formar futuros profissionais. Especificar a ética no que diz respeito ao ensino, se torna ainda mais importante visto que os profissionais necessitam de uma formação sólida e acima de tudo com princípios morais e éticos, indispensável a um bom profissional.

Sendo dos campos mais carentes, no que se diz respeito á aplicação da ética, é no trabalho e exercício profissional da docência que, o individualismo muitas vezes associada à falta de ética pessoal e profissional, tem levado alguns profissionais a defender seus interesses particulares acima dos interesses pessoais e acima dos interesses de seus ambientes de trabalho.

Este trabalho foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas em livros, paginas da internet e periódicos científicos, serviram de suporte para que a análise dos objetivos ficasse mais clara diante do gigantesco assunto.

Apesar de algumas reflexões de carácter teórico sobre vários aspectos da vida universitária, nota-se uma carência de estudos empíricos sobre o modo como os professores veem à dimensão ética das suas funções, como promovem o desenvolvimento ético dos seus alunos e se sentem ou não necessidades de uma formação ética que os ajude a desempenhar melhor as suas funções profissionais.

Num mundo globalizado e numa época em que a cultura pós-modernista contribui para pôr em causa os princípios e valores veiculados pela modernidade, abalando as próprias

bases do pensamento ético pela negação das “bandeiras gêmeas da universalidade e da fundamentação” (BAUMAN, 1997, p. 13) a ética torna-se paradoxalmente um centro de interesse em várias áreas da atividade social.

Com efeito, compreendemos hoje que os problemas que ameaçam a sobrevivência da vida humana no nosso planeta e o equilíbrio e paz sociais têm subjacentes problemas éticos. O avanço científico e tecnológico trouxe problemas antes inimagináveis, originando novos campos de reflexão como a bioética e a ética ambiental. O retorno à ética aparece, pois, como procura de princípios e valores estáveis que garantam a justiça e a coesão sociais.

As universidades, cujo prestígio tem sido abalado enquanto referências de ordem intelectual e moral, não podem alhear-se deste movimento de inquietação e de reflexão ética. Em parte devido às pressões economicistas e tecnicistas exercidas sobre o ensino superior, verifica-se algum esvaziamento da dimensão cultural e humanista, integradora das suas diferentes missões. Se este quiser ser uma consciência crítica social, sobretudo os professores são convidados a repensar o seu profissionalismo em relação com os seus novos papéis, redefinindo a sua ética e a sua responsabilidade na formação ética dos estudantes.

Repensar o papel ético deste nível de ensino implica um questionamento múltiplo abrangendo, por exemplo, a ciência que produzem os seus efeitos sociais; a divulgação e acesso a esse conhecimento, potencialmente produtor de desigualdades sociais e de formas abusivas de poder; a formação ética proporcionada aos estudantes; a ética e deontologia dos profissionais do ensino/investigação, aspecto fulcral do seu profissionalismo; a formação ética dos professores que dê sentido à sua formação científica, tecnológica e pedagógica e favoreça a tomada de consciência de posições coletivas sobre as novas solicitações em termos de maior intervenção social.

Não tendo o monopólio da investigação e da formação, o questionamento dos dois primeiros aspectos ultrapassa as fronteiras do ensino superior, envolvendo universitários e não universitários, cientistas, filósofos e até escritores. Os últimos aspectos, sem excluir outros públicos, concernem principalmente às instituições de ensino superior.

Dados os novos desafios que se lhe colocam conhecer o pensamento do professor do ensino superior sobre a sua ética profissional é de primordial importância. O estudo de que damos conta e se insere num projeto mais vasto (incide nos professores de ensino não superior) é meramente exploratório. Visa conhecer como um grupo de docentes do ensino

politécnico e universitário se situa face às seguintes questões: como percebem as dimensões éticas das suas funções? Que princípios éticos orientam a sua atividade profissional? Que atitude tomam face à eventual existência de um código deontológico? Que dilemas éticos experimentam no exercício das suas funções? Sente necessária ou conveniente a existência de uma formação ética?

A humanidade tem assistido a muitas mudanças em quase todos os sentidos da vida humana. O desenvolvimento tecnológico está atingindo termos jamais antes imaginados ou mesmo concebido pelo ser humano. As mudanças decorrentes da evolução e dos acontecimentos históricos são muito significativas e representam um exemplo do que pode acontecer com os esforços de criação da mente humana.

Nos campos das descobertas da medicina, da indústria, da tecnologia, jamais se assistiu tamanho desenvolvimento. Assistimos a um aumento de velocidade de produção de informações nunca conhecidos.

Em face das conquistas tecnológicas atuais, a ética está mais do que nunca presente nos debates a respeito do comportamento humano e o seu estudo é sempre necessário em decorrência da necessidade das pessoas orientarem seu comportamento de acordo com a nova realidade na vida social.

Assim, a Ética é o conjunto de normas morais pelo qual o indivíduo deve orientar seu comportamento na profissão que exerce e é de fundamental importância em todas as profissões e para todo ser humano, para que possamos viver relativamente bem em sociedade. Com o crescimento desenfreado do mundo globalizado, muitas vezes deixamos nos levar pela pressão exercida em busca de produção, pois o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e exigente, e às vezes não nos deixa tempo para refletir sobre nossas atitudes.

1. CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA ÉTICA

Historicamente, a Ética sempre foi orientada pela religião e pela razão, sendo esta uma razão crítica em todas as sociedades. Podemos observar grandes filósofos como, Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Tomás de Aquino, Hobbes, Hume, Hegel, Kant, Bérghson, Heidegger, Habermas, cada um a seu modo, buscando o estabelecimento de códigos de ética válidos universalmente.

Tendo a Ética como ciência da conduta, podemos observar duas concepções: "ciência que trata do fim que deve orientar a conduta dos homens e dos meios para atingir tal fim. É o ideal formulado e perseguido pelo homem por sua natureza e essência." "ciência que trata do móvel da conduta humana e procura determinar esse móvel visando dirigir a própria conduta. Liga-se ao desejo da sobrevivência." (ABBAGNANO, 2000; BOFF, 2003).

Na primeira concepção vemos Sócrates como precursor da Ética no Ocidente, Platão que tratou da ética das virtudes em "A República", Aristóteles que trata do propósito da conduta humana de buscar a felicidade a partir da sua natureza racional. Hegel tratou do objetivo da conduta humana destacando o Estado como a realidade na qual a conduta encontra integração e perfeição, tratando a Ética como a filosofia do Direito.

Em sua segunda concepção, vemos Pródico que nos contempla com suas palavras: "Se desejares ser honrado por uma cidade debes ser útil à cidade". (PRÓDICO. As Horas, o original perdeu-se, mas a sua essência encontra-se em Memorabilia de XENOFONTES) Protágoras pregava o respeito mútuo e a justiça como condições necessárias à sobrevivência do Homem; Kant situou a Ética no mundo da razão pura, no qual os seres racionais buscavam firmar esse mundo evitando os interesses individualizados e perseguindo o bem. Bentham defendeu a conduta do Homem com sendo determinada pela expectativa do prazer ou da dor, sendo esse o único motivo possível da ação.

Ainda como ciência da conduta vemos a Ética no Homem que exerce algum poder sentindo-se o único sujeito real o eleito, o melhor, o mais capaz, o mais inteligente, portanto merecendo privilégios. Neste sentido, Schopenhauer enfatiza que o significado ético deve estar sempre associado ao outro. Somente em relação ao outro pode existir o valor moral e a conduta pode ser uma ação de justiça:

"A única ética possível estrutura-se na relação do sujeito com o outro, em que é importante ser preservado o complexo espaço para a inter-subjetividade. [...] só nessa relação do sujeito com o outro podemos construir os valores éticos acerca do bem e do mal. [...] Representa também a relação do indivíduo com as instituições [...] com a sociedade". (ARICÓ, 2001)

A história da ética é um assunto complexo e que exige alguns cuidados em seu estudo.

“A ética é a teoria ou ciências do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciências de uma forma específica de comportamento humano”.

(SANCHEZ VASQUÉZ, 1997, p, 23)

A ética aceita a existência da moral, tomando como ponto de partida a diversidade de marais no tempo da moral, tornando como ponto de partida a diversidade de morais no tempo, entendendo que cada sociedade tem sido caracterizada por um conjunto de regras, normas e valores não se adotando atitudes indiferentes ou ecléticas diante delas. Martins e Lisboa, (1997, p.23), definem o termo ética como sendo “um ramo da filosofia que lida com o que é moralmente bom ou mau certo ou errado”.

Ao longo da história do pensamento ético verifica-se a coexistência dos termos ética e moral usados como sinônimos ou como conceitos distintos. Contudo, com exceção de um entrevistado para quem os termos são sinônimos (ainda que considere que moral ganhou um sentido pejorativo), a maioria distingue-os, embora ao longo da entrevista se deslize, por vezes, de um conceito para o outro. Os conceitos pessoais de ética organizam-se em duas subcategorias: uma, releva de uma ética racionalista e essencialista baseada na reflexão sobre a conduta humana; outra, refere-se a uma concepção contextualizadora e consequencialista da ética que apela a ação, ao sentimento e as consequências da ação.

Também quanto à origem dessas concepções se notam subcategorias opostas. Para a grande maioria dos entrevistados elas são adquiridas, resultando de uma construção pessoal em função de influências várias. Estas remetem para fontes e formas de socialização primárias e secundárias, entre as quais se destacam: a família, a religião, a formação e a experiência profissional e, em menor grau, a influência de autores, sobretudo filósofos e psicólogos. Para uma pequena minoria, as concepções éticas são inatas e assentes na base biológica da

consciência. Assim, ainda que sobre ela operem algumas influências sociais, “existe uma ética natural que está gravada na nossa história, nas nossas estruturas mentais (...) uma capacidade natural de distinguir o bem do mal”.

A categoria “noção de moral”, expressa por diferentes indicadores, remete para normativos da ação em situações particulares. Quanto à categoria “relação entre ética e moral”, os indicadores apontam para a anterioridade da ética em relação à moral, contrapondo o seu carácter geral, abstrato e universal ao carácter mais normativo e particularista da moral. Como diz um dos entrevistados, “a moral deve conjugar-se no plural, as morais”. Pode-se dizer, também, que ética e filosofia da moral são sinônimos.

A história das idéias morais da humanidade compreende o estudo de todas as normas que regularam a conduta humana desde os tempos pré-históricos até os dias atuais. Esse estudo não é só filosofia ou histórico – filosófico, mas também social.

“A ética deriva da filosofia, é uma de suas investigações. Ela procura determinar qual o modo mais proveitoso de se conduzir na vida. O seu objetivo final é a felicidade humana”.

(AGUIAR, 2003, p.59).

O estudo da ética adquire, por vezes, uma considerável amplitude, porquanto fica difícil, com frequência, estabelecer uma separação rigorosa entre os sistemas morais, objeto próprio da ética, e o conjunto de normas e atitudes de carácter moral predominantes numa dada sociedade ou numa determinada fase histórica.

Com fim de solucionar este problema, os historiadores da ética limitaram seu estudo àquelas ideias de carácter moral que possuem uma base filosófica, ou seja, que em vez de se darem simplesmente como supostas, são examinadas em seus fundamentos; por outras palavras são filosoficamente justificadas.

Uma colocação muito interessante sobre a interminável sucessão das doutrinas éticas, é a visão reforçada por SANCHEZ VASQUÉZ (1997, p235) ao introduzir seu conceito de doutrinas éticas.

“Ética profissional serve como indicativo do conjunto de normas que baliza a conduta dos integrantes de determinada profissão” (MARTINS, 1997, P.23). Não obstante os

deveres de um profissional ou de uma organização, os quais são obrigatórios, devem ser levadas em conta as qualidades que também concorrem para o enriquecimento de sua atuação concorrem para o enriquecimento de sua atuação profissional, algumas delas facilitando o exercício da profissão.

Muitas destas qualidades (tais como: sigilo, competência, prudência, coragem, perseverança, compreensão, humildade, imparcialidade e otimismo). Poderão ser adquiridos com esforço e boa vontade, aumentando neste caso o mérito do profissional que no decorrer de sua atividade profissional, consegue incorporá-la á sua personalidade, procurando vivenciá-las ao lado dos deveres profissionais.

A rigor existi ou deveria existir, uma ética aplicada a cada atividade profissional. “As éticas profissionais nascem da progressiva especialização das atividades humanas”. (AGUIAR, 2003, P. 163).

1.1 O Código de Ética Profissional

“Os códigos de ética, por mais soberanos, não podem obliterar o livre arbítrio do ser humano. É o individuo que escolhe, solitária e interiormente, a linha de ação que pretende seguir, se ela for construtiva e solitária, o mundo será belo, se ela for egoísta e violenta, o mundo retratará essa lealdade. O mundo sempre será o espelho da escolha moral que cada um faz”.

(AGUIAR, 2003, p. 69)

Uma ordem deve se existir para que se consiga eliminar conflitos e especialmente evitar que se macule o bom nome e o conceito social de uma categoria. Se muitos exercem a mesma profissão, é preciso que uma disciplina de conduta ocorra.

Quando se fala em virtudes profissionais, mencionar a existência dos códigos de ética profissional. As relações de valor que existem entre o ideal moral traçados e os diversos campos da conduta humana podem ser reunidas em um instrumento regulador. Tudo deveria, pois, de critérios de conduta de um individuo ou de uma organização perante seu grupo e o todo social. “um dos objetivos de um código de ética profissional é a formação da consciência profissional sobre padrões de conduta” (MARTINS, 1997, P. 58).

O interesse no cumprimento do código passa, entretanto a ser de todos. O exercício de uma virtude obrigatória torna-se exigível, de cada profissional como se uma lei fosse. Criar-se a necessidade de uma mentalidade ética e de uma educação pertinente que conduza a vontade de agir de acordo com o estabelecido.

É equivoco que o ser tenha sua individualidade, sua forma de realizar seu trabalho, mas também o é que uma norma comportamental deve reger a prática profissional no que concerne a sua conduta, em relação aos seus semelhantes. Toda comunidade possui elementos qualificados e alguns que transgredem a prática das virtudes; seria utópico admitir uniformidade de conduta.

É extremamente importante saber diferenciar a Ética da Moral e do Direito. Estas três áreas de conhecimento se distinguem, entretanto têm grandes vínculos e até mesmo sobreposições.

A Moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa independente das fronteiras geográficas e garante uma identidade entre pessoas que mesmo sem se conhecerem utilizam este mesmo referencial moral comum.

O Direito estabelece o regramento de uma sociedade delimitada pelas fronteiras do Estado. As leis têm uma base territorial, pois elas valem apenas para aquela área geográfica onde determinada população ou seus delegados vivem. Alguns autores afirmam que o Direito é um subconjunto da Moral. Esta perspectiva pode gerar a conclusão de que toda a lei é moralmente aceitável.

Inúmeras situações demonstram a existência de conflitos entre a Moral e o Direito. Um exemplo disso é a desobediência civil, que ocorre quando argumentos morais impedem que uma pessoa acate uma determinada lei. Assim a Moral e o Direito, apesar de referirem-se a uma mesma sociedade, podem ter perspectivas discordantes.

Muitos autores definem a ética profissional como sendo um conjunto de normas de conduta que deverão ser postas em prática no exercício de qualquer profissão. Sendo assim, a ação reguladora da ética que age no desempenho das profissões, faz com que o profissional respeite seu semelhante quando no exercício da sua profissão.

A ética profissional estudaria e regularia o relacionamento do profissional com sua clientela, visando à dignidade humana e a construção do bem-estar no contexto sócio-cultural

onde exerce sua profissão, atingindo toda profissão. Ao falamos de ética profissional estamos nos referindo ao caráter normativo e até jurídico que regulamenta determinada profissão a partir de estatutos e códigos específicos. Assim temos a ética médica, do advogado, do biólogo, do psicólogo, etc., relacionada em seus respectivos códigos de ética.

Em geral, as profissões apresentam a ética firmada em questões relevantes que ultrapassam o campo profissional em si, como o aborto, pena de morte, seqüestros, eutanásia, AIDS, e outros, que são questões morais que se apresentam como problemas éticos, pois pedem uma reflexão profunda e assim, um profissional, ao se debruçar sobre elas, não o faz apenas como tal, mas como um pensador, um filósofo da ciência, ou seja, da profissão que exerce. Desta forma, a reflexão ética entra na moralidade de qualquer atividade profissional humana.

A ética inerente à vida humana é de suma importância na vida profissional, assim para o profissional a ética não é somente inerente, mas indispensável a este. Na ação humana o fazer e o agir estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.

A Ética baseia-se em uma filosofia de valores compatíveis com a natureza e o fim de todo ser humano.

“O agir” da pessoa humana está condicionado a duas premissas consideradas básicas pela Ética: "o que é" o homem e "para que vive", logo toda capacitação científica ou técnica precisa estar em conexão com os princípios essenciais da Ética. (MOTTA, 1984, p. 69) Constatamos assim o forte conteúdo ético presente no exercício profissional.

As reflexões realizadas no exercício de uma profissão devem ser iniciadas bem antes da prática profissional. A escolha por uma profissão é optativa, mas ao escolhê-la, o conjunto de deveres profissionais passa a ser obrigatório.

Toda a fase de formação profissional, abrangendo o aprendizado das competências e habilidades que se referem à prática específica numa determinada área, deve incluir a reflexão. Ao completar a graduação em nível superior, a pessoa faz um juramento, que significa sua adesão e comprometimento com a categoria profissional onde formalmente ingressa, o que caracteriza o aspecto moral da chamada Ética Profissional.

O fato de uma pessoa trabalhar numa área que não escolheu livremente como emprego por precisar trabalhar, não a isenta da responsabilidade de pertencer a uma classe, não a eximindo também dos deveres a cumprir. Algumas perguntas podem guiar a reflexão, até esta tornar-se um hábito incorporado ao dia-a-dia, como por exemplo, perguntar a si mesmo se está sendo bom profissional, se está agindo adequadamente e ainda se está realizando corretamente sua atividade.

É fundamental ter sempre em mente que há uma série de atitudes que não estão descritas nos códigos de todas as profissões, mas que são comuns a todas as atividades que uma pessoa pode exercer, gostando do que se faz, sem perder a dimensão de que é preciso sempre continuar melhorando, aprendendo, experimentando novas soluções, criando novas formas de exercer as atividades, estando aberto a mudanças, mesmo nos pequenos detalhes, que podem fazer uma grande diferença na sua realização profissional e pessoal. Isto tudo pode acontecer com a reflexão ética incorporada a seu viver.

E isto é parte do que se chama empregabilidade, que nada mais é que a capacidade que você pode ter de ser um profissional eticamente bom. Comportamento eticamente adequado e sucesso continuado são indissociáveis!

1.2 O Estudo da doutrina na Ética

A ética profissional estudaria o relacionamento do profissional com sua clientela, visando à dignidade humana e a construção do bem-estar no contexto sociocultural onde exerce sua profissão. Ela atinge todas as profissões abordando o caráter normativo e até jurídico que regulamenta determinada profissão a partir de estatuto e código específicos. Assim tem-se a ética, do contador, do administrador, a ética médica, do advogado, do biólogo, etc. acontece que as profissões apresentam a ética firmada em questões muito relevantes que ultrapassem o campo profissional em si.

Sendo a ética inerente a vida humana, sua importância é bastante evidenciada na vida profissional porque cada profissional tem responsabilidades individuais e responsabilidades sociais, pois envolvem pessoas que dela se beneficiam.

O docente tem uma obrigação contínua com a ciência inerente a sua formação em todas as suas áreas, devendo defender pela elevação dos padrões da profissão.

- ✓ É pela profissão que o indivíduo se destaca e se realiza plenamente, provando sua capacidade, habilidade. Sabedoria e inteligência, comprovando sua personalidade para vencer obstáculos;
- ✓ Através do exercício profissional.

O pensamento ocidental revira-se e muda em função de crises, acarretando mudanças comportamentais e, como consequência, mudanças no modo de análise das morais, mudanças na ética. Sendo que a primeira grande crise enfrentada pelo mundo ocidental aconteceu na passagem do pensamento mitológico para o pensamento filosófico entre os gregos. A partir dessa mudança surge um homem que abandona a explicação mitológica ou sobrenatural buscando uma explicação natural para si e seu mundo.

Pode-se localizar uma exacerbação dessa primeira crise com Sócrates e sua visão social e comunitária. O pensamento racional abandona as causas físicas e passa a preocupar-se com o destino humano; a ética enquanto estudo das relações entre os homens, enquanto pensamento sobre as ações morais começa a aparecer a partir daí.

Aristóteles, discípulo de Platão e uma das maiores mentes observadas pelo mundo ocidental, entra no furacão da racionalidade e, embora se afastando da orientação de seu mestre, pensa a ética no contexto da polis, sem desconsiderar as paixões, naturais no ser humano, o que influenciaria definitivamente qualquer ética, retirando a possibilidade de uma solução puramente lógica, pois o homem para chegar à perfeição, deve alcançar seu objetivo final a felicidade.

Outra crise ocorre, com a revolução trazida pelo pensamento cristão, a partir do ano I da Era Cristã. O novo pensamento se difunde; a herança filosófica grega instala-se no meio cristão. A nova crise racional tira o Homem do centro colocando Deus e a doutrina cristã da alma eterna. A desagregação e queda do Império Romano acarretaram desorganização política e subsequente convulsão social, em face de seu montante. O desaparecimento dos grandes centros culturais restringe a cultura aos Monastérios, ficando as preocupações filosóficas ligadas à problemática religiosa, entretanto, as pequenas seitas que proliferaram no mundo helenístico sucedendo à Filosofia Grega Clássica, continuaram a existir assegurando a sobrevivência da herança antiga, pelo menos até Constantino declarar cristão o Império Romano.

Do Século VIII ao Século XIV a Igreja Romana dominou a Europa, criando uma nova moral onde, coroou reis, organizou Cruzadas à Terra Santa, fundou as primeiras Universidades. Nesse período a Filosofia Medieval ou Escolástica chega a uma exacerbação da lógica tentando provar a existência de Deus e da alma imortal.

Do Século XIV ao XVI gesta-se a terceira crise, a idéia da liberdade política é reencontrada, colocando o ser humano como artífice do seu próprio destino, através do conhecimento, da política, das técnicas e das artes.

Nicolau Maquiavel que nasce em 1469, percebe que o poder fundava-se apenas em atos de força, e pela força era deslocado onde nem religião, tradição, ou vontade popular legitimava o soberano.

Com a crise gestada na Renascença, o mundo prepara-se para uma nova racionalidade, a crise do pensamento.

O determinante maior do pensamento ocidental até o final do Séc. XIX e começo do Séc. XX foi à teorização da modernidade atribuída a Descartes, que inaugura o que se pode chamar de racionalidade moderna caracterizando em primeiro lugar a separação radical entre corpo e alma, valorizando a alma, que para Descartes equivale a pensamento, espírito, raciocínio lógico: o corpo passa o segundo plano, como mais difícil de conhecer do que a alma. No final do século XIX, onde a racionalização atinge seu ápice entrando na "crise da modernidade".

Emmanuel Kant, cujas idéias parecem ser ponto de convergência do pensamento filosófico anterior, faz uma análise crítica do universo espiritual humano voltando suas preocupações para duas questões: o problema do conhecimento, suas possibilidades, seus limites e sua esfera de aplicação e o problema da ação humana, ou seja, o problema moral, o que fazer e como agir em relação ao semelhante, como alcançar a felicidade ou o bem supremo.

O imperativo categórico kantiano é puramente racional e vazio e desvinculado de qualquer condição ou empiria: "Age de tal modo que a máxima de sua vontade possa valer-te sempre como princípio de uma legislação universal". (KANT, I. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991).

Nietzsche, em seu ético questionamento da moral, repensa radicalmente seus fundamentos e a transforma em um problema, embora seja tão duro ou mais do que o próprio Kant, quando se trata de moral.

Em plena "crise da modernidade", surge Freud e a Psicanálise, num mundo onde crenças e valores são questionados e Lacan que leva a Psicanálise às últimas conseqüências, deixando no ar se o que teríamos depois de Lacan, seria então o fim da Psicanálise como vinha sendo profetizado há muito?

Só o homem é capaz de ser mau, pois poderia escolher outros caminhos articulados ao respeito mútuo, mas escolhe a violência e o poder como protagonistas do desejo. [...] A ética da globalização da economia triunfa, tornando cada vez mais difícil a humanização das

condições materiais, necessárias à construção de um novo homem solidário, íntegro ou apenas obediente a uma nova ordem mais justa. [...] Os homens estão aí, na maioria das vezes, bastante disponíveis às manipulações perversas que evidentemente achincalham a cidadania. (Aricó 2001).

As leis de cada profissão são elaboradas com o objetivo de proteger os profissionais, a categoria e as pessoas que dependem daquele profissional, mas há muitos aspectos não previstos especificamente e que fazem parte do comprometimento do profissional em ser eticamente correto, ou seja, fazer a coisa certa. Outra referência que tem sido objeto de estudo de muitos estudiosos parece ser a tendência do ser humano de defender, em primeiro lugar, seus interesses próprios e, quando esses interesses são de natureza pouco recomendável, ocorrem seríssimos problemas.

O valor ético do esforço humano é variável em função do seu alcance, em face da comunidade. Se o trabalho executado é só para auferir renda, tem em geral seu valor restrito. Os serviços realizados, visando o benefício de terceiros com consciência do bem comum, passa a existir a expressão social do mesmo.

Aquele que só se preocupa com os lucros, geralmente, tende a ter menor consciência de grupo e a ele pouco importa o que ocorre com a sua comunidade e muito menos com a sociedade.

O número dos que trabalham visando primordialmente o rendimento é muito grande, fazendo assim com que as classes procurem defender-se contra a dilapidação de seus conceitos, tutelando o trabalho e zelando para que uma luta encarniçada não ocorra na disputa dos serviços, pois ficam vulneráveis ao individualismo.

A consciência de grupo tem surgido mais por interesse de defesa do que por altruísmo, pois garantida a liberdade de trabalho, se não se regular e tutelar a conduta, o individualismo pode transformar a vida dos profissionais em reciprocidade de agressão.

Tal luta quase sempre se processa em virtude da ambição de uns em cima de outros, e que em nome dessas ambições, podem ser praticadas, por exemplo, quebras de sigilo.

A tutela do trabalho processa-se pelo caminho da exigência de uma ética imposta através dos conselhos profissionais. As normas devem ser condizentes com as diversas formas de prestar o serviço de organizar o profissional para esse fim.

A conduta profissional, muitas vezes, pode tornar-se agressiva e inconveniente e esta é uma das fortes razões pelas quais os códigos de ética quase sempre buscam maior abrangência. Assim, ao nos referirmos à classe, ao social, não nos reportamos apenas a situações isoladas ou modelos particulares, mas a situações gerais.

O egoísmo desenfreado de poucos pode atingir um número expressivo de pessoas e até mesmo influenciar o destino de nações, partindo da ausência de conduta virtuosa de minorias poderosas, preocupadas apenas com seus lucros.

Sabemos que a conduta do ser humano pode tender ao egoísmo, mas, para os interesses de uma classe, de toda uma sociedade, é preciso que se acomode às normas, porque estas devem estar apoiadas em princípios de virtude, assim a ética tem sido o caminho justo e adequado, para o benefício geral.

2. CAPITULO II - ÉTICA PROFISSIONAL

Pensamos que podemos partir da noção mais ampla de ética profissional como aquela que estuda e regula o relacionamento de um profissional com aqueles a quem presta seus serviços, levando em conta a dignidade humana, os direitos de seus clientes, o respeito devido a eles e a oferta de uma competência para o exercício de seu serviço, buscando a construção do bem-estar das pessoas e da coletividade no contexto sócio-cultural onde exerce sua profissão. É ainda consideração comum e corrente, nos dias de hoje, a defesa e a exigência de um comportamento profissional e cidadão de todos aqueles que ramo profissional. Utilizados em conjunto, os adjetivos “cidadão” e “profissional” adquirem um sentido substantivado quando se constituem como as características fundamentais de um profissional, do qual é exigida a competência técnica aliada a uma dimensão política nas decisões profissionais.

Competência técnica e tecnologia atualizada se referem ao diagnóstico e encaminhamento de problemas e situações próprias de sua área de conhecimento; se referem à experiência e à prática conforme os últimos avanços científicos e tecnológicos em sua carreira profissional. A dimensão política faz com que as soluções e encaminhamentos aos problemas e necessidades não sejam tomados apenas à luz das alternativas tecnológicas. Devem ser levados em conta os interesses e valores das pessoas e da coletividade humana, o meio ambiente que será atingido, a influência nos aspectos de vida, da cultura e da economia daquele grupo humano. Em poucas palavras, exige-se de qualquer profissional que pautar sua atividade levando em conta a competência própria de sua área, aliada à visão das repercussões humanas, sociais, econômicas e culturais de suas atividades, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira.

Podemos nos colocar nessa perspectiva para analisarmos a influência de alguns aspectos da Ética sobre a atividade profissional do docente ou do professor. O profissional da docência é essencialmente um profissional da educação, é um profissional educador em qualquer nível em que ele se coloque: seja nos primeiros anos de uma criança, seja nos anos de sua juventude, quando universitário, seja em suas atividades de pós-graduação. Em qualquer um destes níveis, está presente sua responsabilidade pela difusão do conhecimento. Como o fazer sob uma perspectiva ética?

2.1 - Conceitos de bem do aluno e de justiça no ensino

São de natureza ética alguns dos princípios reguladores da educação, como justiça, liberdade, igualdade, responsabilidade. A eticidade da educação manifesta-se no próprio facto de, a par do ensino de conhecimentos científicos, a educação escolar ter em vista a formação de pessoas, nela incluídos valores e normas de ação, pela qual se tornariam cidadãos, participantes ativos e transformativos na vida democrática das sociedades que os integram. Por isso, educar é uma tarefa prospectiva e quem educa assume responsabilidades que o futuro questionará. Esta ideia não é nova. Há já mais de dois séculos, Kant (1996, pp. 79-80) alertava as decisões educacionais para a necessidade de “não educar as crianças unicamente em conformidade com o estado presente da espécie humana, mas sim de acordo com o seu estado futuro e melhor, quer dizer, conformemente à Idéia de Humanidade e à sua destinação total”, acrescentando que qualquer plano educativo deveria obedecer a uma “orientação cosmopolita”, uma vez que “a boa educação é a fonte de onde emanam todos os bens deste mundo”.

O ideal educativo kantiano conserva toda a atualidade, como facilmente se constata. Hoje, ainda mais do que ontem, as necessidades de um mundo globalizado — para o bem e para o mal — tornam urgente uma educação capaz de resistir à hegemonia neoliberal e à sua ideologia do crescimento económico apresentadas como único motor do desenvolvimento humano, mas das quais resultaram, sintomáticos do estado da justiça, o crescimento das desigualdades à escala mundial e o aumento generalizado do mal-estar social. Seria esta, como escreve Morin (2004), uma educação cosmopolita para a “era planetária”, da qual pudesse emergir uma “sociedade-mundo composta por cidadãos protagonistas”, verdadeiros cidadãos do mundo, envolvidos na construção de uma “civilização planetária”.

Outros pensadores acrescentam o seu contributo para esta reflexão. Jonas, por exemplo, ao fundamentar a necessidade de uma ética para o futuro, define um princípio de responsabilidade como seu fio condutor. Responsabilidade pelo legado natural e cultural que se deixa à humanidade futura, certamente; mas, talvez maior ainda, pelo modo como se educa cada nova geração, envolvendo-a no compromisso da busca do “Bem em termos humanos”, que caracteriza como “o que o homem deve ser, o que ele tem a ganhar, o que o serve — mas também, e por isso mesmo, o que ele não tem o direito de ser, o que o diminui e desfigura.” (Jonas, 1998, p. 88).

Ora, num mundo em acelerada mudança, dominado por novas tecnologias de informação e comunicação de uso generalizado, cujas consequências apenas começam a ser avaliadas, não podia ser mais pertinente o alerta de Jonas: “precisamos deste saber para velar para que o Bem humano — sempre ameaçado pela sua natureza — não seja vítima da expansão da evolução tecnológica. Os perigos são novos, mas o Bem é antigo.”

Enquanto transmissora e construtora de valores, a educação — especificamente a educação escolar — requer dos professores a consciência da sua própria axiologia e da forma como ela se consubstancia nas práticas pedagógicas e na atividade profissional em geral. Embora pouco numerosos alguns estudos tenha sido desenvolvidos em Portugal, nas últimas décadas, sobre as dimensões axiológicas das práticas e do pensamento docentes. Investigações realizadas por M. T. Estrela (1993, 1995), que visaram à identificação dos valores que professores dos ensinos básico (3.º ciclo) e secundário se propunham transmitir aos alunos e a compreensão de uma possível relação entre estes valores e as regras de funcionamento postas em prática na aula, mostram a relevância do sentido de justiça do professor, traduzida no respeito pelo aluno, no cuidado e no diálogo a cultivar na aula; também um estudo de Suíça (2003) sobre dimensões éticas e deontológicas da práxis docente identifica no discurso dos professores relativo a valores que afirmam transmitir aos alunos a referência a diversas dimensões de justiça, como a normatividade, o respeito pela dignidade da pessoa, o respeito mútuo, a tolerância e a aceitação das diferenças.

Outros estudos empíricos põem igualmente em relevo, na atividade docente, a emergência de valores associados a dimensões de justiça, como o respeito mútuo e valores de cidadania (Sanches, 1997; Sanches & Seíça, 2009), a igualdade de direitos e valores cívicos (Santos & Sanches, 2000); um estudo de Pais (2000) sublinha a importância que os professores atribuem à justiça como valor associado às suas práticas avaliativas, mas justiça que envolve tolerância, generosidade e indulgência. No âmbito de investigações sobre dilemas e conflitos que têm lugar na relação pedagógica, um estudo de Caetano (1992) e outro de Galveias (1997) mencionam igualmente valores de justiça como aqueles que parecem constituir preocupação maior para os professores.

Os conceitos éticos de justiça e de bem comum ocupam um lugar primordial na educação. Se por bem comum se entender o patrimônio comum que são os princípios, as regras, as instituições e os recursos que garantem a existência das comunidades humanas, neles incluído o que Petrella (2002, p. 24) designa “o tríptico reconhecimento – respeito – tolerância nas relações com o outro”, então o bem comum representa a finalidade última da

educação, como os mais recentes textos nacionais e internacionais de política educativa têm vindo a sublinhar.

A justiça pode ser pensada em vários registos: como princípio distributivo que regula a repartição dos bens educativos; como princípio que preside à organização da escola; como vínculo social entre os indivíduos; como virtude a ensinar e cultivar. Garantir iguais oportunidades educativas a todos os alunos, independentemente da sua posição social, será uma condição fundamental dum sistema de ensino justo. Ora, de acordo com Rawls (1994), tal poderá exigir uma distribuição não igual, mas equitativa dos bens educativos, segundo um critério de necessidade. O princípio de justiça funcionará, então, como uma norma corretiva e de reconstrução social, que o próprio sistema educativo tomará como seu objetivo.

Considerando que os efeitos da educação mostram o grau de justiça nela envolvida, como lembra Walzer (1999), e que a experiência educativa é ela própria uma experiência sentida como justa ou injusta indissolivelmente ligada ao modo como decorrer o processo educativo e como forem distribuídos os bens que ele implica (Meuret, 1999; Dubet, 1999), tanto as lógicas organizacionais como as interações dos membros da comunidade escolar determinarão as vivências de justiça de cada um. Assim, parecem ter considerável valor formativo as propostas de Kohlberg (1987) para uma educação cívica democrática, segundo as quais os estudantes são chamados a participar em decisões que envolvam aspectos éticos de justiça e de bem-estar da comunidade escolar, aprendendo e treinando em conjunto com os professores, “num contexto de reciprocidade e igualdade” (1987, p. 337) e segundo princípios de justiça, competências de deliberação e de diálogo argumentativo.

Desta forma se contribuiria para o desenvolvimento dum sentido de comunidade e de solidariedade. O fundamento destas sugestões encontra-se na teoria da comunidade justa, e no argumento de que a justiça constitui um dos interesses relevantes dos adolescentes e das crianças mais velhas, a par do interesse pela comunidade, traduzido no gosto da pertença ao grupo e no cultivo de regras de lealdade.

Organizar escolas como democracias participativas seria uma forma não só de promover a justiça, mas também de desenvolver comunidades de cuidado (“caring communities”), nas quais os alunos aprenderiam a criar normas coletivas e partilhadas de ajuda, confiança e participação ativa em benefício do grupo (Higgins, Power, & Kohlberg, 1984). As normas assim produzidas seriam sustentadas pela coesão solidária da comunidade, cuja atmosfera moral se refletiria nos juízos práticos de responsabilidade formulados pelos alunos. Isto seria tanto mais significativo, pensam os autores, quanto mais os contextos de

vida dos jovens fossem marcados por situações de injustiça, de desigualdade e de fraca participação.

Também as considerações de Noddings (1984, 1999), na linha de uma ética do cuidar, parecem relevantes para a compreensão da escola como um mundo de complexas teias afetivas que condicionam, positiva ou negativamente, o ensino e a aprendizagem. Daí que a autora defenda, numa perspectiva de partilha e de reciprocidade, a construção de relações de “cuidado mútuo” como base da relação pedagógica, visando em última análise o bem do aluno. As raízes das éticas do cuidar encontram-se em Gilligan (1982) que, criticando o que considera ser o universalismo abstrato dos princípios de justiça, sobretudo da justiça distributiva, lhes contrapõe a necessidade de atenção às diferenças, que devem ser atendidas caso a caso, afirmando assim uma perspectiva alternativa, como se fosse “uma voz diferente”.

Diferente é não apenas o sujeito da voz, a voz feminina por contraposição à voz masculina, mas também aquilo que a voz diz. Segundo a autora (1994), enquanto a voz masculina fala essencialmente de igualdade, justiça e direitos em geral, a voz feminina fala de conexão, disponibilidade para os outros e cuidado. Estas duas vozes — vozes morais, frisa a autora — denotam visões do mundo distintas, organizadas por valores também distintos: justiça e autonomia são geralmente associadas à afirmação do indivíduo e ao estabelecimento de relações hierarquizadas ou contratualidades, balizadas entre o constrangimento e a cooperação; cuidado e conexão, pelo contrário, revelam a interdependência do eu e do outro e o entendimento das relações como redes sustentadas pela atenção e pela disponibilidade.

O pensamento ético da modernidade, de que Kant pode ser considerado o mais significativo autor, concebe a justiça como um dever. O dever transporta consigo a força vinculativa da idéia de lei, cuja validade universal decorre da fonte de onde emana, a razão. Em lugar de incidir sobre o bem ou os bens que a ação justa teria em vista, como acontece nas éticas teleológicas, o interesse dos filósofos intencionalistas recai preferencialmente sobre os princípios racionais que determinam essa mesma ação, prescrevendo um corpo de direitos e deveres que se constituem como vínculos entre os indivíduos, reforçando assim a sua dimensão social.

Na linha do pensamento contratualista moderno, que afirma os direitos inalienáveis dos indivíduos contra as arbitrariedades e os excessos do poder político, Kant resume no conceito de pessoalidade a dignidade própria do que é fim em si mesmo e que, nessa medida, fundamenta os direitos — iguais — reconhecidos aos indivíduos na sua qualidade de pessoas éticas. A forma justa da vida em comunidade é assim decorrente da dignidade intrínseca da

pessoa, sujeito dotado de vontade racional autónoma e capaz de agir segundo a representação da lei (Kant, 1960).

No contexto do contratualismo moderno dois princípios gerais de justiça emergem com maior relevo: o princípio do respeito pelos acordos firmados e o do respeito pelos direitos inalienáveis dos indivíduos: direito à vida, à liberdade e à propriedade. Na ética kantiana, são os princípios da liberdade, entendida como autonomia, e da igualdade civil e política que sobressaem. Deles se podem inferir, hoje, princípios educativos, como o da liberdade de escolha da educação e da escola, o do respeito pela pluralidade de pontos de vista, o do respeito pelos direitos dos alunos, assim como os da igualdade de tratamento e da autonomia da pessoa. A justiça como princípio educativo significa, aqui, a afirmação do seu valor intrínseco, independente de qualquer outra finalidade, indissolivelmente ligada ao primado ético da Humanidade como destinação do homem.

De acordo com Rawls (1994, pp. 3 e 5), um dos principais representantes do contratualismo contemporâneo, a justiça “é a primeira virtude das instituições sociais”, pelo que uma das condições para uma sociedade bem ordenada é ser regulada “por uma concepção pública de justiça”, o que significa que “todos aceitam e sabem que os outros aceitam os mesmos princípios de justiça”. Na perspectiva internacionalista e universalista do filósofo, os princípios de justiça seriam os que resultassem do acordo firmado por indivíduos que, sob o véu da ignorância e impossibilitados por isso de saber que posição lhes caberia na partilha dos bens sociais, deliberariam sobre as instituições e as regras constitutivas da estrutura de base da sociedade.

Os princípios assim definidos, por representarem o querer de indivíduos desinteressados, ou antes, interessados em garantir a melhor situação possível qualquer que viesse a ser o seu lugar social, seriam fundamentais e vinculativos, tendo a primeira prioridade sobre o segundo e este sobre o terceiro: (1) princípio da igual liberdade; (2) princípio da igualdade equitativa de oportunidades; (3) princípio da diferença.

As implicações educacionais dos princípios rawlsianos traduzem-se no princípio da distribuição equitativa dos bens educativos, ao abrigo do qual se justificariam, por exemplo, pedagogias diferenciais e a adoção de medidas compensatórias das diferenças entre os alunos; no princípio da igualdade de oportunidades no acesso aos bens resultantes da educação, o que significa que o sistema escolar deve assegurar, a todos aqueles que têm o mesmo nível de talento e de capacidade e idêntico desejo de utilizar, as mesmas perspectivas de sucesso, independentemente da posição social que inicialmente ocupem, contribuindo assim para eliminar as barreiras de classe e reforçar a justiça social.

Formas de operacionalização destes princípios nas escolas e suas repercussões no pensamento e nas práticas dos professores têm sido objeto de alguns estudos empíricos. Um estudo de Dupriez e Dumay (2007), por exemplo, pretende identificar, por um lado, o grau de adesão de professores do ensino primário às concepções de justiça veiculadas pelas políticas educativas belgas. As concepções em causa são igualdade de respeito, igualdade de tratamento, compensação, igualdade das aprendizagens básicas e igualdade de resultados entre grupos sociais. Por outro lado, pretende saber em que medida estas concepções de justiça são partilhadas entre professores de uma mesma escola ou variam entre eles e, ainda, em que medida varia ou não entre escolas.

O estudo envolveu professores de 53 escolas primárias católicas da Bélgica francófona; os resultados mostraram que os professores defendem normas igualitaristas, embora recentes medidas pós recursistas encontrem também acolhimento favorável; que aceitam maioritariamente o princípio da igualdade das aprendizagens básicas, mas que são menos adeptos do princípio da igualdade de resultados entre alunos pertencentes a grupos sociais distintos. Professores de escolas diferentes, conquanto não sustentem concepções muito distintas, apresentam ainda assim algumas diferenças que os autores consideram significativas, admitindo que seja efeito da composição da escola.

Os resultados mostraram também que a maior ou menor valorização do princípio da igualdade de resultados entre grupos sociais depende da composição da escola: quanto mais homogénea, menos relevante parece ser o princípio, independentemente do sentido da homogeneidade, isto é, de os alunos serem oriundos de meios favorecidos ou desfavorecidos.

A subordinação dos interesses pessoais e corporativos ao bem do aluno e a obediência a princípios de justiça são princípios gerais contemplados nos códigos deontológicos dos docentes em vários países. São precisamente os conceitos de bem e de justiça que, segundo Rawls (2001, pág. 20), melhor definem uma personalidade moral enquanto capacidade de definir o bem e ter sentido de justiça. Trata-se, no entanto, de conceitos complexos cuja definição está longe de ser consensual no tempo e no espaço. Por isso, solicitados a explicitarem o que entendem por bem do aluno, uma pequena parte do discurso de alguns entrevistados incide sobre a ambiguidade do conceito: “... é uma expressão que pode vir marcada por uma relativização, por uma particularização e por uma regionalização.

“O bem que interessa ao aluno não pode vir divorciado de um bem que seja universalizável”. Eis outro exemplo da relatividade do conceito: “quando nós estamos a atuar, eu acho que é sempre essa a nossa intenção: o bem do aluno” (...) mas “com uma variedade

de alunos à nossa frente é impossível sabermos qual é esse bem do aluno, porque para a aluna A pode ser uma coisa e para o aluno B pode ser outra”.

. Apesar dessas reservas, há tentativas de concretização que originam três subcategorias: uma orientada para a pessoa do aluno (“ser uma pessoa na relação com os outros”, “um grande crescimento a nível pessoal”, “auto-estima”, “bem estar”...); outra, para o processo de preparação profissional (o bem do aluno, p.e., “... é ensiná-los a jogar este jogo, ou seja, a trabalhar criativamente, a questionarem tudo, a serem capazes de formular questões, mesmo quando as coisas parecem que é um pacote fechado”); outra ainda, para o professor, pois o bem do aluno depende do bem do professor (“preocupava-me em fazer o que entendia ser o melhor, dando inteira liberdade).

O conceito de justiça origina duas categorias: uma, incide nos princípios gerais de justiça, que se podem agrupar em princípios de salvaguarda da ação justa (equidade, respeito, reciprocidade, dever de respeitar regras estipuladas, não discriminação, exercício equilibrado do poder...) e princípios corretivos (denúncia das situações de injustiça, procura de soluções para corrigi-las). Poderíamos designá-los como princípios de justiça retroativa, enquanto que os outros são princípios de justiça ativa e pró-ativa; a segunda categoria incide nos princípios de justiça na avaliação, igualmente agrupáveis em duas subcategorias: princípios gerais (retribuição do esforço, objetividade da avaliação, assente no trabalho...) e princípios específicos: processuais e procedimentais (diversificação de estratégias, de parâmetros, avaliação da totalidade do percurso...).

No entanto, poderemos distinguir dois tipos de racionalismo: um, de carácter mais tecnicista e instrumentalizado da ética, orienta-a pragmaticamente para a preparação profissional enquanto conceito particularista de bem do aluno; outro, de carácter mais humanista, visando a realização da pessoa dentro de um conceito de bem universalizável. Só uma minoria se aproxima de posições éticas pós-modernistas, pelo carácter consequencialista de uma ética orientada para os resultados da ação, baseada no espírito do que Noddings (2001) designou de ética do cuidado.

Os resultados confrontam-nos com a evidência de sensibilidades e posturas éticas diferentes que representam apenas a concretização de algumas possibilidades dentro de um universo de possíveis. Embora haja um acordo unânime entre estes docentes quanto à falta de debate ético entre colegas, não podemos considerar que essa dimensão seja uma “dimensão perdida”, como afirma Macfarlane (2004). É, sim, uma dimensão escondida, mas parcialmente desculpável e potencial objeto de debate.

Quer se refiram aos princípios de justiça em geral ou à avaliação em particular, ressalta dos discursos à existência de duas tomadas de posição que tendem a confrontar-se mais do que a complementar-se: a justiça enquanto igualdade, apelando à universalidade do princípio e a justiça enquanto equidade orientada para as necessidades individuais.

Os extratos seguintes documentam essa oposição: “A questão da justiça não é tratar todos de igual modo, porque todos são diferentes, portanto os alunos terão que ser tratados com o direito à diferença”; “não acho que caia dentro do meu conceito de justiça que as oportunidades iguais para todos sejam justas”; “façam a classificação o mais objetiva possível, o mais concreta possível. Se sentem a necessidade de fazer qualquer interpretação façam-na no fim, na última nota” (recomendação que um professor diz fazer aos seus assistentes).

É a difícil conciliação entre estas duas concepções de justiça que ocasiona grande parte dos dilemas que nos foram relatados. Por exemplo: passar o aluno na proximidade da positiva ou retê-lo; dar uma nota a um aluno que tem conhecimentos, mas que se julga que não será um bom profissional; reprovar quem não atinge os objetivos específicos de uma disciplina, implicando perda do ano ou baixar o nível de exigência deixando o aluno transitar.

2.2 Compromisso e Competência

Egresso de uma vida inculta, baseada apenas em instintos, o homem, sobre a terra, foi-se organizando, na busca de maior estabilidade vital, cedendo parcelas do referido individualismo para se beneficiar da união, da divisão do trabalho e assim da proteção da vida em comum. A organização social foi e continua a ser um progresso, na definição das funções dos cidadãos e tal definição acentua, gradativamente, o limite de ação das classes.

A vocação para o coletivo já não se encontra, nos dias atuais, com a mesma eficácia nos grandes centros, como ainda é encontrado em núcleos menores e, poucas cidades de maior dimensão, possuem o espírito comunitário, enfrentando com grande dificuldade as questões classistas.

Parece-nos pouco entendido, que existe um bem comum a defender do qual um número expressivo de pessoas dependem para o bem-estar próprio e o de seus semelhantes, tendo assim uma inequívoca interação. O progresso do individualismo gera sempre o risco da transgressão ética assim, é imperativa a necessidade de uma tutela sobre o trabalho, através de normas éticas.

Uma classe profissional caracteriza-se pela homogeneidade do trabalho executado, pela natureza do conhecimento exigido para tal execução e pela identidade de habilitação para o exercício da mesma. A classe profissional é um grupo dentro da sociedade, específico, definido por sua especialidade de desempenho de tarefa.

A divisão do trabalho é antiga e está ligada à vocação de cada um para determinadas tarefas e às circunstâncias que obrigam, muitas vezes, a assumir esse ou aquele trabalho; ficou prático para o homem, em comunidade, transferir tarefas e executar a sua. A união dos que realizam o mesmo trabalho foi uma evolução natural e hoje se acha não só regulada por lei, mas consolidada em instituições fortíssimas de classe, como os códigos de ética.

Outro conceito interessante que podemos examinar é o de Profissional, que é regularmente remunerado ao executar a atividade que exerce, em oposição ao Amador, que podemos conceituar sendo aquele que exerce atividade voluntária e que, nesta conceituação, este não seria profissional, sendo esta uma conceituação polêmica.

Voluntário é aquele que se dispõe a exercer a prática Profissional não-remunerada, seja para fins assistenciais, ou prestação de serviços, por um período determinado ou não. É fundamental observar que só é eticamente adequado, o profissional que age, na atividade voluntária, com o mesmo comprometimento que teria no exercício profissional se este fosse remunerado.

Se a atividade é voluntária, sendo uma opção realizá-la, é eticamente adequado que esta seja realizada da mesma forma como faz tudo que é importante em sua vida.

É imprescindível estar sempre bem informado, acompanhando não apenas as mudanças nos conhecimentos técnicos da sua área profissional, mas também nos aspectos legais e normativos. Vá e busque o conhecimento. Muitos processos ético-disciplinares nos conselhos profissionais acontecem por desconhecimento, negligência.

Competência técnica, aprimoramento constante, respeito às pessoas, privacidade, confidencialidade, tolerância, flexibilidade, fidelidade, envolvimento, afetividade, correção de conduta, boas maneiras, relações genuínas com as pessoas, responsabilidade, corresponder à confiança que é depositada em você.

Não obstante os deveres de um profissional, os quais são obrigatórios, devem ser levadas em conta as qualidades pessoais que concorrem para o enriquecimento de sua atuação profissional, facilitando o exercício da profissão.

Muitas destas qualidades poderão ser adquiridas com esforço e boa vontade, aumentando neste caso o mérito do profissional que, no decorrer de sua atividade, consegue incorporá-las à sua personalidade, tentando vivenciá-las ao lado dos deveres profissionais.

O consultor dinamarquês Clauss Moller faz uma associação entre as virtudes lealdade, responsabilidade e iniciativa como fundamentais para a formação de recursos humanos em um artigo publicado na revista *exame*. Segundo Clauss Moller o futuro de uma carreira depende dessas virtudes:

O senso de responsabilidade é o elemento fundamental da empregabilidade. Sem responsabilidade a pessoa não pode demonstrar lealdade, nem espírito de iniciativa [...]. Uma pessoa que se sinta responsável pelos resultados da equipe terá maior probabilidade de agir de maneira mais favorável aos interesses da equipe e de seus clientes, dentro e fora da organização [...]. A consciência de que se possui uma influência real constitui uma experiência pessoal muito importante. (Clauss Muller, 1996, p. 103-104)

Só pessoas que tenham auto-estima e sentimento de poder próprio são capazes de assumir responsabilidade, pois elas sentem um sentido na vida, alcançando metas sobre as quais concordam previamente e pelas quais assumiram responsabilidade real, de maneira consciente.

As virtudes da responsabilidade e da lealdade são completadas por uma terceira, a iniciativa, capaz de colocá-las em movimento e, assim, tomar a iniciativa de fazer algo no interesse da organização significa demonstrar lealdade pela organização. Em um contexto de empregabilidade, tomar iniciativas não quer dizer apenas iniciar um projeto no interesse da organização ou da equipe, mas também assumir responsabilidade por sua complementação.

Dentre as qualidades que consideramos mais importantes no exercício de uma profissão, está a honestidade que se relaciona com a confiança que nos é depositada, com a responsabilidade perante o bem de terceiros e a manutenção de seus direitos. É muito fácil encontrar a falta de honestidade quanto existe a fascinação pelos lucros, pelo enriquecimento ilícito em cargos que outorgam autoridade e que têm a confiança coletiva de uma coletividade.

Os exemplos de falta de honestidade no exercício de uma profissão são muitos. Um psicanalista, abusando de sua profissão ao induzir um paciente a cometer adultério, está sendo desonesto. Um contabilista que, para conseguir aumentos de honorários, retém os livros de um comerciante, está sendo desonesto. A honestidade é a primeira virtude no campo profissional. É um princípio que não admite relatividade, tolerância ou interpretações circunstanciais.

O Sigilo também é uma das qualidades consideradas de maior importância, senão o maior deles dentro de uma profissão. O respeito aos segredos das pessoas, deve ser desenvolvido na formação de futuros profissionais, pois se trata de algo muito importante.

Uma informação sigilosa é algo que nos é confiado e cuja preservação de silêncio é obrigatória. Hábitos pessoais, dentre outros, devem ser mantidos em sigilo e sua revelação pode representar sérios problemas para a empresa ou para os clientes do profissional.

Competência, sob o ponto de vista funcional, é o exercício do conhecimento de forma adequada e persistente a um trabalho ou profissão. Devemos buscá-la sempre, como afirma Aristóteles, p.24: "a função de um citarista é tocar cítara, e a de um bom citarista é tocá-la bem".

É de extrema importância a busca da competência profissional em qualquer área de atuação. Nem sempre é possível acumular todo conhecimento exigido por determinada tarefa, mas é necessário que se tenha a postura ética de recusar serviços quando não se tem a devida capacitação para executá-lo. Pacientes que morrem ou ficam aleijados por incompetência médica, causas que são perdidas pela incompetência de advogados, prédios que desabam por erros de cálculo em engenharia, são apenas alguns exemplos de quanto se deve investir na busca da competência.

A prudência é uma das qualidades que faz com que o profissional analise situações complexas e difíceis com mais facilidade e de forma mais profunda e minuciosa, contribui para a maior segurança, principalmente das decisões a serem tomadas. A prudência é indispensável nos casos de decisões sérias e graves, pois evita os julgamentos apressados e as lutas ou discussões inúteis.

A coragem é uma das qualidades mais exigidas a todos os profissionais. Todo profissional precisa ter coragem, pois "o homem que evita e teme a tudo, não enfrenta coisa alguma, torna-se um covarde" (Aristóteles, p.37). A coragem nos ajuda a reagir às críticas, quando injustas, e a nos defender dignamente quando estamos cientes de nosso dever. Ajuda-nos também a não ter medo de defender a verdade e a justiça, principalmente quando estas forem de real interesse para outrem ou para o bem comum.

A perseverança é uma qualidade difícil de ser encontrada, mas necessária, pois todo trabalho está sujeito a incompreensões, insucessos e fracassos que precisam ser superados, prosseguindo o profissional em seu trabalho, sem entregar-se a decepções ou mágoas. É louvável a perseverança dos profissionais que precisam enfrentar os problemas do subdesenvolvimento.

Compreensão é uma qualidade que ajuda muito um profissional, porque é bem aceito pelos que dele dependem, em termos de trabalho, facilitando a aproximação e o diálogo, tão importante no relacionamento profissional. Porém, não podemos confundir compreensão com

fraqueza, para que o profissional não se deixe levar por opiniões ou atitudes, nem sempre, válidas para eficiência do seu trabalho, para que não se percam os verdadeiros objetivos a serem alcançados pela profissão.

Vê-se que a compreensão precisa ser condicionada, muitas vezes, pela prudência. A compreensão que se traduz, principalmente em calor humano pode realizar muito em benefício de uma atividade profissional, dependendo de ser convenientemente dosada.

O profissional precisa ter humildade suficiente para admitir que não é o dono da verdade e que o bom senso e a inteligência são propriedade de um grande número de pessoas. A humildade representa a auto-análise que todo profissional deve praticar em função de sua atividade profissional, para reconhecer melhor suas limitações, buscando a colaboração de outros profissionais mais capazes, quando tiver esta necessidade, numa busca constante de aperfeiçoamento. Humildade é qualidade que carece de melhor interpretação, dada a sua importância, pois muito a confundem com subserviência ou dependência e, quase sempre, lhe é atribuído um sentido depreciativo.

Imparcialidade é uma qualidade tão importante que assume as características do dever, pois se destina a se contrapor aos preconceitos, a reagir contra os mitos, a defender os verdadeiros valores sociais e éticos, assumindo principalmente uma posição justa nas situações que terá que enfrentar. Para ser justo é preciso ser imparcial, logo a justiça depende muito da imparcialidade.

Otimismo em face das perspectivas das sociedades modernas é uma das qualidades em que o profissional precisa mais estar dedicado, pois é imperativo que o profissional seja otimista, para acreditar na capacidade de realização da pessoa humana, no poder do desenvolvimento, enfrentando o futuro com energia e bom humor

Continuando nossa reflexão, dizemos que uma atitude de compromisso é fundamental para um comportamento ético. Mas, esta atitude tornar-se-á muito frágil e, por vezes, inócua, caso não se fundamente em competência para realizá-lo. Tratar de competência no âmbito do docente como profissional da educação lança a pensar nos campos de sua abrangência: a competência não será suficiente para transmitir informações e pesquisas. Há de se abrir um espectro maior para identificarmos essas competências.

Na área do conhecimento, a competência do profissional da educação abrange o domínio dos conhecimentos básicos de determinada área, assim como a sua atualização, especialização e pesquisa. Parece-me importante chamar a atenção para a pesquisa como elemento fundamental da competência na área do conhecimento, porque estamos acostumados e culturalmente acordados de que a atualização e especialização são suficientes para a

docência, e que a pesquisa será realizada pelo setor de pós-graduação (professores e alunos). Nem sempre temos a clareza de que são aspectos fundamentais da pesquisa a contribuição pessoal, a reflexão própria sobre autores e sobre as teorias provindas de nosso mundo intelectual, de nossas experiências e vivências pessoais e profissionais, de nossa capacidade de crítica. Esses aspectos precisam estar orientados para fazer um contraponto com os estudos que fazemos das obras mais atuais sobre nossa área de conhecimento.

A transformação dessas nossas reflexões em documentos que permitam o seu intercâmbio com nossos pares, com nossos alunos, nos coloca num patamar diferenciado do professor repetidor dos autores clássicos, e apresenta nossa colaboração pessoal e intelectual sobre os assuntos que estamos estudando em nossas aulas. À competência na área do conhecimento, acrescenta-se a competência na área pedagógica para a atividade do docente com profissionalismo educacional.

Tal competência abrange a abertura para valorizar o aspecto pedagógico na profissão docente, que envolve: compreender e colocar em prática um processo de aprendizagem, em substituição ao processo focado apenas no ensino; vivenciar com os alunos uma relação de parceria e co-responsabilidade no processo de aprendizagem; perceber a integração de sua disciplina com a organização curricular de seu curso e com as diretrizes curriculares vigentes; dominar e usar adequadamente os recursos da tecnologia educacional; experiências novas propostas para o processo de avaliação, e fazer um planejamento de curso como instrumento de ação educativa.

Ter competência na área da extensão significa criar oportunidades para que os alunos consigam relacionar o aprendido em aula com as situações reais da sociedade em que vivemos, discutindo suas aplicações, projetos que podem ser desenvolvidos; a colaboração da ciência para o encaminhamento de problemas reais da população; incentivar ações de alunos junto à sociedade nos aspectos específicos da área de estudos.

Escritórios modelos, atendimento profissional gratuito à população, mas com dimensão profissional e acadêmica, juzizados especiais cíveis, programa de saúde familiar, atuação junto à população para desenvolvimento de cidadania (por exemplo, direitos do consumidor), colaboração em projetos habitacionais e urbanísticos, em atividades educacionais em ambientes específicos, como carceragem, hospitais, meios de comunicação e movimentos sociais são alguns exemplos do que entendemos por extensão universitária.

O conceito de competência que estamos desenvolvendo não estaria completo sem sua dimensão política: o docente é um cidadão, participante e envolvido com sua comunidade, seu povo, sua nação, com responsabilidades próprias, como profissional, de colaborar com o

desenvolvimento da qualidade de vida da população, especialista em ajudar a resolver os problemas que emperram ou dificultam a vida das cidades e de seus habitantes. Em aula, ao mesmo tempo em que o aluno exige uma coerência de postura do professor entre o que ensina e como age em suas atividades profissionais na sociedade, não se concebe mais uma posição científica que se apresente como neutra, por não assumir nenhuma ideologia, como se isso fosse possível.

Abrir o diálogo e a crítica sobre as diferentes dimensões e valores que envolvem decisões técnicas dos problemas profissionais estudados é característica do docente como profissional da educação. Ele não colabora apenas para a formação de um tecnólogo. Propõe-se a colaborar para a formação de um profissional-cidadão, que como tal, discute e encaminha os problemas de sua profissão levando em conta outras dimensões, como as antropológicas, éticas, econômicas, culturais e sociais, para além da dimensão técnica.

3 CAPITULO III - ÉTICA PROFISSIONAL DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR.

As mudanças ocorridas no ensino superior como resposta ao mundo da globalização e do “informacionismo” (Castells, 1997) trazem consigo a necessidade de um requestionamento ético das suas funções. Documentos como “World Declaration on Higher Education for the Twenty-first Century: Vision and Action” e a Declaração de Bucareste enfatizam o papel ético a desempenhar por estas instituições no mundo atual e na formação ética dos seus estudantes para esse mundo.

A área de formação de professores tem se preocupado em estudar os processos pelos quais os professores aprendem e desenvolvem sua competência profissional tanto individual quanto coletivamente, estudando os processos pelos quais os professores adquirem ou melhoram seus conhecimentos para intervirem profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da instituição (PACHANE, 2006).

Nas políticas de formação para o ensino superior, o que se percebe é uma ausência de preocupação com o aspecto pedagógico; normalmente se considera que ser apenas portador do título de mestre e doutor seja suficiente para exercer a docência neste nível de ensino. Ocorre que no aspecto pedagógico está implícita a dimensão ética da docência.

É preciso ponderar que, embora a formação docente não seja objetivo específico da pós-graduação *stricto sensu*, especialmente do doutorado, esta deveria e poderia colaborar em muito com a formação pedagógica do docente universitário. Segundo Sobrinho (1998), os cursos de pós-graduação, mesmo sem descuidar de seus conteúdos particulares, não poderia negligenciar, ou melhor, deveriam mesmo incluir em sua agenda a prioridade da formação de professores, para que estes pudessem contribuir para a construção de uma universidade crítica e socialmente relevante.

“Por isso, o pedagógico imanente nos cursos deve emergir da consciência universitária como trabalho intencional e organizado. Trata-se de ensinar com todo o rigor possível os conhecimentos de uma dada disciplina. Mas também, se trata necessariamente de conhecer e implementar as redes de significação e prática social desses conhecimentos, de engendrar novas formas de produzi-los e, ao

mesmo tempo, de formar pessoas com a percepção do sentido ético e político de seu trabalho científico, do valor de sua formação pedagógica e de sua prática docente”.

(SOBRINHO, 1998, p.145).

Sobrinho (1998) afirma que a percepção e a valorização do pedagógico não devem ser objeto de uma disciplina, mas sim instaurar-se como uma “cultura” e deve se dar por meio de discussões coletivas, seminários com valorização de seu sentido pedagógico e de práticas de capacitação docente.

A ação educativa é profundamente imbuída de significado ético. Sacristán (1999) realiza uma sólida reflexão e, para nós, profundamente inspiradora, a respeito do caráter moral da ação educativa. Essa reflexão, cujos principais argumentos sintetizamos aqui, nos leva a pensar na importância dessas questões para a formação de professores.

O autor argumenta que, se pensarmos a ação docente como algo que é movido por motivos tem como consequência à consideração do ensino como um assunto moral, uma vez que opera sobre seres humanos e para isso é preciso que haja critérios sobre o que se possa fazer com eles. É preciso deixar claro que isso não quer dizer que o ensino deva tratar da transmissão de valores morais, mas sim de que o ensino em si mesmo é um problema moral. O ensino compreendido dessa forma integra uma autonomia que exige opções e compromissos.

O ensino não é uma ação mecanizada. É guiado por motivos que não são indiferentes a valores, porque cada ação envolve uma escolha entre alternativas e se desenvolve por meio de relações entre pessoas, dirigindo-lhes a vida e exercendo posições de poder, porque muitas vezes são tomadas decisões que têm a ver com as relações de igualdade. O currículo, por exemplo, é uma seleção cultural valorizada e é levado em conta entre outras possibilidades.

“Conceber a prática ou as ações de ensino como um assunto moral envolve, pois, não só dar esse caráter aos objetivos do currículo e aos motivos pessoais, mas às atividades, ao como fazer, às interações entre professores e estudantes, aos métodos à avaliação, porque cada ação tem significado e é uma possibilidade entre outras que deveria ser calculada. Em síntese, pode-se se dizer que se trata de uma caracterização epistemológica do pensar sobre educação como algo aberto em sua concepção, quanto à possibilidade de que tenha

diversos significados e diferentes desenvolvimentos, que obriga a propor-se, sempre, a pergunta nobre o quão é aceitável cada ação, antes de analisar sua eficácia, quer se trate da ação com um aluno, da escolha de um método, de uma prática de avaliação, de uma política educativa ou de uma reivindicação profissional dos professores”.

(GIMENO SACRISTÁN, 1999, p.45)

Segundo o Gimeno Sacristán (1999), a única prática educativa aceitável é a prática boa, a que busca o bem humano. Essa afirmação baseia-se em Aristóteles (1979, p.49), para quem “toda arte e toda investigação, assim como toda escolha, têm em mira um bem qualquer”.

As dificuldades que temos para pensar e traduzir a dimensão ética da formação docente no meio da universidade atual talvez advenha da dificuldade que a própria comunidade científica teria em reconhecer outras formas de saber.

Como aponta Santos:

“A ciência moderna constituiu-se contra o senso comum. Esta ruptura, feita fim de si mesma, possibilitou um assombroso desenvolvimento científico. Mas, por outro lado, expropriou a pessoa humana da capacidade de participar, enquanto atividade cívica, no desvendamento do mundo e na construção de regras práticas de viver sabiamente”.

(SANTOS, 2000, p.224).

O próprio saber científico deveria ser revalorizado num modelo de aplicação de ciência alternativo ao modelo de aplicação técnica, que subordine

“O know how técnico ao know how ético e comprometa a comunidade científica existencial, ética e profissionalmente com o impacto da aplicação. À universidade compete organizar esse compromisso, congregando cidadãos e os universitários em autênticas comunidades interpretativas que superem as usuais interações, em que os cidadãos são sempre forçados a renunciar à interpretação da realidade social que lhe diz respeito”.

(SANTOS, 2000, p.224)

Qualquer que seja a ação ou proposta de mudanças em relação à formação do docente universitário, a principal mudança deveria ocorrer em termos de instituição universitária como um todo. Como bem argumenta Santos (2000), a universidade deveria pautar-se por três princípios: a prioridade da racionalidade moral prática e da racionalidade estético-expressiva sobre a racionalidade cognitivo-instrumental, tirando as humanidades da marginalidade na produção e distribuição dos saberes universitários.

A reflexão a respeito do valor ético que compõe o ensino é essencial para a boa prática, para a formação e aperfeiçoamento dos professores, resgatando o ensino do círculo das práticas improvisadas, da técnica de valor universal transposta para qualquer situação, da tecnologia baseada em leis científicas externas. Mediante a reflexão esclarecem-se os fins e desejos pessoais e coletivos após cuja avaliação decide-se em prol de determinados compromissos, pois “ainda que atuemos em contextos predeterminados que nos condiciona, cada ação é sempre radicalmente única e incorpora a necessidade de orientar-se por critérios.” (SACRISTÁN, 1999, p.45)

É necessário, então, recuperar a ética profissional nos enfoques, nas políticas e nos programas de formação do magistério. A ação pedagógica deve levar em conta as intenções do docente, porque os sentimentos despertados pela prática têm muito a ver com o que queremos fazer com ela. Na ética profissional docente enquadram-se os valores, as motivações e as satisfações que sentimos por agir desta e não daquela forma. Giroux (1997) alerta para o fato de que os programas de formação de professores raramente estimulam os professores a assumir seriamente o papel do intelectual que trabalha no interesse de uma visão de emancipação. Destacando o papel político dos professores, esses são considerados como intelectuais transformadores que devem estar a serviço da luta pela eliminação das condições que produzem sofrimento e exploração humana.

Para Morin (2000), a educação do futuro deve ter como prioridade ensinar a ética do gênero humano, a antropoética, para assumir a condição humana, alcançar a humanidade em nós mesmos, assumir o destino humano e trabalhar para a humanização da humanidade. As condições do mundo atual requerem uma nova ética, uma escola e cidadania para todos. Essa visão compreende a ética não como um conjunto de proposições, mas como uma atitude deliberada de todos os que acreditam na solidariedade das sociedades democráticas.

É preciso enxergar que a lógica de mercado deixa a educação e os professores na contingência de demandas externas e comprometidos com metas nem sempre defensáveis do ponto de vista ético.

Ao invés de pensar o ensino como adestramento ou memorização, é preciso conceber a educação como projeto de desenvolvimento humano e social e resgatar o compromisso do educador com esse projeto, com os fins que orientam a educação.

A dimensão ética é indissociável do trabalho docente, visto que as direções dadas ao processo de ensino estão num patamar ético porque envolvem decisões de teopolítico ideológico que podem afetar a concepção de vida e mundo do aluno. Therrien (2002) nos adverte que o docente deve ser abordado em sua tripla relação com o saber: como sujeito que domina saberes, que transforma esses saberes e como sujeito que precisa manter a dimensão ética desses saberes.

3.1 Docentes como profissionais da educação

Egresso de uma vida inculta, baseada apenas em instintos, o homem, sobre a terra, foi-se organizando, na busca de maior estabilidade vital, cedendo parcelas do referido individualismo para se beneficiar da união, da divisão do trabalho e assim da proteção da vida em comum. A organização social foi e continua a ser um progresso, na definição das funções dos cidadãos e tal definição acentua, gradativamente, o limite de ação das classes.

A vocação para o coletivo já não se encontra, nos dias atuais, com a mesma eficácia nos grandes centros, como ainda é encontrado em núcleos menores e, poucas cidades de maior dimensão, possuem o espírito comunitário, enfrentando com grande dificuldade as questões classistas.

Parece-nos pouco entendido, que existe um bem comum a defender do qual um número expressivo de pessoas dependem para o bem-estar próprio e o de seus semelhantes, tendo assim uma inequívoca interação. O progresso do individualismo gera sempre o risco da transgressão ética assim, é imperativa a necessidade de uma tutela sobre o trabalho, através de normas éticas.

Culturalmente, nossa visão do docente passa pelas imagens do especialista em uma área do conhecimento e do comunicador capaz de transmitir essas informações a seus alunos. O perfil do docente como profissional da educação é bem mais abrangente. Seus compromissos são com a formação de uma nova geração de cidadãos e de profissionais, com o desenvolvimento pessoal e social das pessoas com quem se relaciona, com o processo de aprendizagem “ao longo da vida” de seus interlocutores, em qualquer nível de escolaridade

em que se encontrem inclusive na pós-graduação, porque sempre são pessoas em desenvolvimento.

Na área da produção e socialização do conhecimento, se expressa no domínio de informações atualizadas e especializadas, bem como numa atividade de pesquisa que busca novas informações, contrapõe-nas umas às outras, relaciona-as, discute-as, descobre um significado próprio e pessoal para elas. Integra-as ao seu mundo intelectual, compartilha-as e consegue delas fazer participantes seus pares e alunos, seus interlocutores.

Compromisso com a busca e desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia em sua dimensão disciplinar, multi e interdisciplinar, superando a fragmentação do especialista. Para socializar a pesquisa, há comportamentos éticos que antecedem a pesquisa, e outros comportamentos éticos que lhe sucedem e se colocam como a busca por melhores condições e oportunidades para que elas possam ser acessíveis aos seus alunos, conforme seus objetivos de formação. A socialização da pesquisa atinge, em primeiro lugar, a área cognitiva do aluno. Neste aspecto, o professor poderia entender que, com a simples transmissão das novas informações descobertas, garantiria uma atitude ética.

A nosso ver, essa atitude é insuficiente como ética, pois o compromisso do docente é com o desenvolvimento de seus alunos em todos seus processos mentais de reflexão, análise, inferência, crítica, atribuição de significado às informações e de sua integração ao próprio mundo intelectual, bem como com sua aplicação às situações de vida pessoal, social e profissional. Não são suficientes a transmissão e memorização ou fixação de informações, que visam à sua reprodução.

Para que este compromisso ético com a socialização do conhecimento se concretize, o processo de aprendizagem significativa precisa estar aberto inclusive às outras três dimensões do desenvolvimento da pessoa humana: a área emocional, a área de habilidades, e a área de valores e atitudes. O desenvolvimento do aspecto afetivo e emocional se expressa nas relações que se estabelecem entre alunos e professores, e procuram criar um clima de aproximação, confiança, diálogo, segurança, autoestima e incentivo à maturidade.

A aprendizagem de habilidades e competências, ou seja, do que fazer e de como utilizar as informações adquiridas, é uma extensão da área do conhecimento e integra decididamente a formação dos profissionais. No ensino superior, não se pode descuidar de que habilidades e competências humanas e profissionais encontrem espaço, tempo e oportunidades para que sejam desenvolvidas. Ademais, em qualquer momento de nossas vidas, nós nos envolvemos com valores que orientam nossas decisões: valores familiares assumidos, rejeitados, emergentes, novos, de outros tempos, de outros lugares e de outros

grupos com os quais convivemos. Valores se encontram presentes na formação profissional quando, ao mesmo tempo em que informações profissionais são estudadas e encaminhamentos técnicos são propostos, não podemos nos furtar a considerar valores neles embutidos e que afetam a vida e os interesses das pessoas, de grupos e comunidades humanas, do meio ambiente, do mundo cultural, político, econômico e ético. Desse processo abrangente e profundo da aprendizagem, deve ter consciência o docente como profissional da educação e assumi-lo, tal como é o comportamento ético dele esperado.

A noção de ética profissional pode ajudar a entender a afirmação acima, enquanto orienta um profissional, que não é apenas um “expert” num assunto, mas também um profissional da educação, a repensar seus relacionamentos com seus alunos e com a sociedade à qual presta seus serviços.

Na profissão docente, a ética se apresenta de modo que, ao mesmo tempo em que se preocupa com a socialização dos conhecimentos, preocupa-se também com a dignidade humana de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, com os direitos de seus pares, dos alunos e futuros profissionais, bem como com o respeito devido a eles, com o exercício competente da docência, buscando a construção do bem estar das pessoas e da coletividade no contexto sociocultural onde exerce sua profissão. Tal compromisso com a ética exige competência para ser assumido e realizado. Nesse ponto, encontramos outro pilar de nossa reflexão. Podem-se assumir compromissos, mas eles só serão efetivos se houver competência para realizá-los.

3.2 - A ética profissional do professor

A ética profissional acompanha toda a atividade do professor e manifesta-se em duas vertentes distintas, mas inter-relacionadas: nos princípios que torna ética a sua conduta profissional e na sua função de promoção do desenvolvimento ético-moral do estudante.

Dimensões éticas da profissão docente e princípios e valores da conduta profissional

Com exceção de uma entrevistada que menciona funções de gestão, as outras se reportam às missões tradicionais do ensino superior, embora a função de extensão cultural seja menos mencionada. Um exemplo: “em primeiro lugar, uma tarefa científica, em segundo lugar – mas não se trata de uma hierarquia – uma função cultural e em terceiro lugar, uma intervenção na comunidade”. Embora alguns entrevistados permutem a ordem da investigação e do ensino, reconhecem, em geral, a dissociabilidade dessas funções.

A grande e infeliz verdade é que o professor já não se considera responsável pela moral de seus alunos. Principalmente no Ensino Superior, eles chegam cidadãos com caráter e personalidade praticamente acabados. São “filhos” da televisão, da liberação de costumes, da permissividade das mães que abdicaram das tarefas domésticas e não encontraram quem as substituísse; de pais assustados com o avanço do feminismo.

Alguém deve ter coragem de dizer a esses jovens em que acreditar, redescobindo a singeleza das coisas essenciais, o valor da família, da solidariedade, da lealdade, a finitude da vida e a sua celeridade, o destino de transcendência da humanidade, o compromisso do contínuo aperfeiçoamento na breve aventura terrestre. Ainda é tempo do professor resgatar as qualidades de uma carreira que já teve concretamente reconhecida a sua nobreza na hierarquia das profissões liberais. Basta aceitar que sua missão envolve mais do que possibilitar o conhecimento técnico. Para isso, é necessário que o professor tenha características ligadas ao domínio afetivo, amando o ofício de ensinar.

Alguns professores se tornam tão importantes para algumas pessoas que acabam por marcar suas vidas de maneira indelével. É impressionante constatar a força da palavra do professor sobre a formação do educando. Do autêntico mestre se aguarda que transmita lições e prática do respeito, da moral, da amizade, da tolerância e da compreensão. Para desincumbir-se de um compromisso de tamanha abrangência, não basta conhecer ética.

Antes, é preciso acreditar na ética e viver eticamente. As faculdades, em geral, não estão educando para a vida, transmitem um conhecimento sem nenhuma associação com a realidade, e assim o aluno não extrai proveito para sua subsistência. A Universidade, a Reitoria, a Direção constituem realidades abstratas para o aluno. A pessoa que, concretamente, ocupa o seu dia-a-dia é o professor. Este não pode deixar de se incumbir da responsabilidade de alertar o educando de todos os desafios que encontrará a partir da conclusão do curso. A relação que se estabelece entre professor e o aluno é pessoal, palpável e duradoura. Em análise feita pela comissão Jacques Delors no relatório para a UNESCO (2000 p.), destaca-se a importância dessa cordial relação quando afirma:

“O professor deve estabelecer uma nova relação com quem está aprendendo; passar do papel de solista ao de acompanhante, tornando-se não mais alguém que transmite conhecimentos, mas aquele que ajuda os seus alunos a encontrar, organizar e gerir o saber, guiando, mas não modelando os espíritos, demonstrando grande firmeza quanto aos valores fundamentais que devem orientar toda a vida”.

É sabido que nem sempre a situação de convívio do professor com seus alunos são a ideal. É Nalini (1999, p.145-146) que afirma: Os docentes têm um grande número de alunos, e um tempo muito reduzido para lidar com eles. Isso os impede de realizar um trabalho com maior proximidade com seus discípulos.

Contudo, esses profissionais, conscientes de sua capacidade de intervenção, não podem abater-se diante dos empecilhos colocados pela universidade e pelo sistema como um todo. Antes, deve fomentar em seus discípulos a gana por uma sociedade mais justa, mais humana. Esse propósito só será possível, se o docente permitir um canal de contato efetivo com o alunado. Tal caminho passa pela relação professor / aluno, que é sempre fecunda quando existe entre eles cordialidade, estima, respeito às diferenças e quando contribui para um constante debate sobre atitudes virtuosas, fomentando o surgimento dos princípios éticos nos discípulos.

O docente adquire estas atitudes com exercício constante, com a tentativa diária de acertar. Assim, caminha entre acertos e erros sempre adiante, tecendo uma relação de confiança entre mestre e aluno. Essa ligação permitirá verificar, a cada situação, o que os alunos estão precisando, quais são os valores que ainda carecem conhecer e exercitar.

Então, juntamente com o saber científico, o docente acena para os alunos o saber moral e ético que lhes possibilitará tornarem-se profissionais respeitados e de conduta impecável.

Muitas vezes o docente se confunde em práticas de “fazer o bem” com “fazer bem”, isso pode criar uma imagem do docente como um professor bonzinho. Que fique claro: o saber fazer bem (a competência) do docente não implica que ele seja um educador permissivo. É possível manter um grau de relacionamento promissor com o aluno sem, contudo, deixar fenecer o limite que deve haver nessa relação. Rios (1997, p.38) argumenta que:

“A qualidade da educação tem sido constantemente prejudicada por educadores preocupados em fazer o bem, sem questionar criticamente sua ação. Ou pela consideração da prática educativa apenas na dimensão moral, ou na visão equivocada de um compromisso que se sustenta na afetividade, na espontaneidade. Isso precisa ser negado, quando procuramos uma consistência para o desempenho do papel do educador na contribuição que dá a construção da sociedade”.

Lima (2002, p. 35), em *Pedagogia Universitária*, acredita que:

“O projeto de uma aula não é apenas uma manifestação do pensar a ação e do agir, ou seja, não é só movimento de ideias, mas ideias em movimento. A aula constitui, também, o desvelar do novo, do imprevisto, que surge na própria ação e que faz da aula um ato de criação e expressão de valores científicos, estéticos e éticos do professor, dos alunos, de um tempo, de uma cultura”.

O trabalho docente ético é aquele que é realizado conforme o que se define, e seu resultado trazem benefícios para o docente e para toda a sociedade. Por isso, deve-se buscar a maior perfeição possível e a dignificação humana. Ao trabalhar-se como docentes de ensino superior, na formação de profissionais, exerce-se uma responsabilidade, que é individual e, ao mesmo tempo, social, pois, ao fazê-lo, somos geradores de seres humanos, que trazem consigo diversas consequências e resultados, os quais poderão ser benéficos ou maléficos.

Deve-se levar em consideração, e jamais esquecermos, que nas mãos do professor universitário está à responsabilidade de formar médicos, arquitetos, psicólogos, pedagogos, advogados e uma lista imensa de outros profissionais, e ainda novos professores. Algumas vezes incomoda o continuísmo que vemos na falta de ânimo dos docentes em contribuir efetivamente para a formação desses profissionais. Esse círculo só terá fim quando o professor de hoje entender que está em suas mãos a chance de provocar uma mudança nos valores éticos nesses novos profissionais.

Crer-se que essa conscientização se faz ainda mais necessária quando se trata de alunos da área de educação, que estão na universidade para se tornarem professores. Como esperar uma nova geração de educadores com postura ética, de atitudes louváveis de solidariedade, de humanidade, justiça, se, às vezes, o exemplo que têm na faculdade não condiz com esse anseio? É urgente a necessidade dos docentes do ensino superior atentar para esse poder que detêm o que possibilitará que contribuam na construção de professores detentores de conhecimento técnico e praticantes de ações corretas.

Não é sem razão que, para ter acesso a esse território protegido e às vezes desconhecido, afirma-se que o docente precisa se mostrar como alguém realmente interessado em que o aprendizado aconteça, usando o diálogo como fonte de entendimento, que vai se construindo processualmente. Professor- educador, que ajuda a dar à luz aquilo que o

estudante já traz dentro de si e que precisa apenas de mediações intencionalmente planejadas para que a construção do conhecimento se suceda e cresça tal qual uma espiral infundável.

O que possibilita ao docente um provável caminho de exercício de sua profissão, norteado pela ética, é a reflexão. O papel da reflexão é crucial como instrumento promotor do autodesenvolvimento, pois é a reflexão que permite aos professores o desenvolvimento consciente e informado de revelações sobre sua prática, atingindo uma maior competência profissional e ética. Essa reflexão constante sobre a prática docente assume uma real importância quando verificamos que o papel do professor universitário, hoje em dia, não é apenas informar ou transmitir o saber, mas também formar e educar.

Os professores funcionam como um ponto de referência para os alunos, assumindo, assim, um papel realmente de educadores. A dinâmica de mudança, que se torna premente e urgente, terá de ser pautada na reflexão e no diálogo, no qual os alunos, na sua grande maioria, não apenas alguns serão induzidos e, em certa medida, forçados a aprender a pensar, a desenvolver elevadas capacidades de criticar suas ações, o que lhes possibilita fazer frente aos problemas que a vida lhes irá certamente colocar, dos modos mais variados e imprevisíveis.

Conforme afirmativa de Rios (1997, p. 38)

“É preciso pensar que o educador ético e competente é um educador comprometido com a construção de uma sociedade justa, democrática, na qual saber e poder tenham equivalência enquanto elementos de interferência no real e na organização de relações de solidariedade, e não de dominação entre os homens. Uma visão clara, abrangente e profunda do papel que desempenha na sociedade permite ao educador uma atuação mais completa e coerente. A atitude crítica do docente sobre os meios e os fins de sua atuação o ajudará a caminhar mais seguramente na direção de seus objetivos”.

Ao docente compete construir condições favoráveis para que a aprendizagem aconteça de maneira totalizadora - científica e ética - e, para tal, toda a criatividade é bem vinda, mesmo quando implique algumas transgressões ou reinterpretções das regras do jogo. Afinal, essas foram feitas por homens e serão mudadas por homens que rejeitem a inexorabilidade das coisas. O exemplo de condutas éticas pelo docente, concebido em bases que valorizem o alcance de competências e habilidades de alta complexidade, muito poderá

ser útil aos futuros egressos da universidade. Dessa maneira, o aluno desenvolve a capacidade de processar leituras do mundo, devidamente circunstanciadas, em que se exercite a abstração, a reflexão, a dúvida sem culpa, em que os erros possam também ser festejados, porque são necessários à vida, que se transforma e nos seduz diariamente. Arroyo (2000, p.41), com propriedade, reafirma a beleza da docência:

“Trabalhar na educação é tratar de um dos ofícios mais perenes da formação humana, cujas práticas se orientam por saberes e artes aprendidas desde o berço da história cultural e social, e sensibilidades desenvolvidas ao longo dos tempos. Saberes teóricos, provenientes do conhecimento e da experiência, mas também, saberes ligados à percepção, à emoção e à ética, uma vez que o objeto do trabalho docente são seres humanos”.

A contribuição dos professores é premente para preparar os jovens, não só para encarar o futuro com confiança, mas para construí-lo de maneira determinada e responsável. Os professores do ensino superior têm um papel determinante na formação de atitudes éticas positivas no alunado. A comissão Jacques Delors, no relatório para a UNESCO (2000), atribui a grande força dos professores no exemplo que dão, manifestando sua curiosidade e sua abertura de espírito, e mostrando-se prontos a sujeitar as suas hipóteses à prova dos fatos e até a reconhecer os próprios erros.

Rios (1997, p.38) observa que frequentemente se percebe que os próprios educadores não têm clareza da dimensão política de seu trabalho. Somente pela reflexão contínua da prática docente é que poderemos enxergar a firmeza de nossos próprios conceitos éticos, e assim articulá-los a nossa ação diária. E desta forma o docente poderá permanentemente transformar o processo social, o sistema educativo, procurando sempre um significado maior para o seu trabalho e para a vida.

Castanho (2002, p.7) chama atenção para o fato de que o professor é o principal ator na situação universitária, é um sujeito histórico, vive num contexto social e político que deve ser levado em conta para que se entendam suas ações. E prossegue afirmando que urge pensar numa nova forma de ensinar e aprender, que inclua a ousadia de inovar as práticas de sala de aula, de trilhar caminhos inseguros, expondo-se, correndo riscos, não se apegando ao poder docente, com medo de dividi-lo com os alunos e também de desvencilhar-se da racionalidade única e pôr em ação outras habilidades que não as cognitivas apenas. Pensar-se como

participante do desvelamento do mundo e da construção de regras para viver com mais sabedoria e com mais prazer.

Todas estas reflexões podem ser insuficientes para salvar o mundo. Mas, com certeza, o seu mundo estará salvo, aquele espaço físico e temporal em que se desenvolve a sua personalidade, e em cuja transformação qualitativa depende exclusivamente de sua vontade.

A dimensão ética dessas funções é conscientemente assumida. Há quem a refira como subjacente a todas elas: “eu não tenho dúvida que o professor universitário, e qualquer professor de outro nível de ensino, exercem uma função de formação de humanos para a sociedade (...) o professor universitário prepara em nome da atual sociedade tecnológica” – E8; “o trabalho de transmissão de quaisquer conteúdos, o exercício letivo, a orientação de trabalhos, é sempre ocasião de uma experiência ética porque nunca fica limitada a uma didática, a um trabalho meramente de informação (...)”.

Contudo, pode incidir em domínios específicos: na relação com os alunos, com qualquer interlocutor, com os colegas, no ato educativo em geral, no processo de ensino-aprendizagem, na investigação, na comunidade (ordem decrescente de n.º de sujeitos que as referiram).

A dimensão ética manifesta-se também através dos princípios e valores orientadores da conduta profissional do professor, termos em geral utilizados indistintamente. Poucos entrevistados os distinguem claramente (a objetividade dos princípios versus a subjetividade da atitude valorativa).

Os princípios/valores enunciados podem ser tipificados em relação ao outro em geral (respeito pelo outro, pelas opiniões e valores do outro, solidariedade, responsabilidade pelo outro...); a si próprio como profissional (responsabilidade na resolução de conflitos, honestidade intelectual, qualidade do trabalho, o professor como aprendiz...); aos alunos (honestidade, justiça, responsabilidade, informação, liberdade, respeito...); aos colegas (liberdade, ajuda, respeito, respeito pelo seu trabalho, reconhecimento das suas capacidades, partilha e honestidade); à investigação (valores de verdade, validade, honestidade e rigor científico); e à comunidade (fidelidade à cultura do passado e atitude de projeção do futuro, desenvolvimento regional).

3.3. Ética e Moral

De acordo com Instituto Paulo Freire (2008), o tema Transversal Ética, deverá proporcionar ao aluno o entendimento do conceito de justiça baseado na equidade e ainda sensibilizado para a necessidade de construção de uma sociedade justa, adotando atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais. Para tanto, deve se discutir a moral vigente e tentar compreender os valores presentes na sociedade analisando quando eles devem ou podem ser mudados, visto que os mesmos são instrumentos de construção da sociedade.

O Trabalho pedagógico que envolve os temas transversais exige que o professor adeque sua ação, uma vez que esse projeto envolverá, além do conteúdo específico de sua área, as demais temáticas pertinentes aos temas transversais.

A ética e a moral são termos frequentemente usados como sinônimos, no entanto há uma distinção entre eles. A ética é uma das áreas da filosofia que investiga sobre o agir humano na convivência com os outros e a moral que surge dessa convivência. A palavra ética provém do grego *ethos*, que significa hábitos, costumes, e se refere à moradia de um povo ou sociedade. O termo moral, por sua vez, provém do latim *moralis* e significa costume, conduta. A Moral é o conjunto de normas e condutas reconhecidas como adequadas ao comportamento humano por uma dada comunidade humana e estabelece princípios de vida capazes de orientar o homem para uma ação moralmente correta (NASCIMENTO; OLBRZYMEK, 2007).

A moral, segundo PCN (1998), é o conjunto de princípios, crenças, regras que orientam o comportamento dos indivíduos nas diversas sociedades é no campo da moral que dominam os valores relacionados ao bem e ao mal, como aquilo que deve ser buscado ou de que se deve afastar. Assim, torna se necessária a elaboração de critérios que classifiquem as ações como boas ou más, corretas ou inadequadas, e que orientem e justifiquem a escolha do cidadão. A ética, por sua vez, é a reflexão crítica da moral e serve para verificar a coerência entre práticas e princípios, questionando e/ou reformulando os valores e as normas estabelecidas pela moral.

Em relação às regras morais, é importante que estas sejam legitimadas, e para que essa legitimação ocorra de fato, é necessário haver a possibilidade de pertencimento e inclusão na sociedade. Para que o individuo se incline a legitimar determinado conjunto de regras, é necessário que o veja traduzindo algo de bom para si. Se vir nas regras aspectos

contraditórios ou estranhos ao seu bem estar, esse indivíduo simplesmente não legitimará os valores subjacentes a ela (BRASIL, 1998).

A educação tem tido o papel de socialização da cultura, do conhecimento e dos valores. A moral e a ética devem, portanto, ser transmitidas às novas gerações e essa difusão do conhecimento ocorre dentro da escola. A escola tem uma dimensão moral, mas esta não deve ser considerada a única instituição social capaz de educar moralmente os cidadãos. A família tem também papel importante ao lado da escola, sendo o primeiro espaço de convivência do indivíduo, onde o mesmo inicia seu processo de conhecimento.

Outro importante meio de socialização da moral e da ética são os meios de comunicação de massa nos espaços públicos e privados, o que lhes conferem um grande poder de influência, de veiculação de valores e de modelos de comportamento (BRASIL, 1998).

Assim, as relações entre as pessoas são mediadas pelas instituições em que elas convivem, pelas classes e categorias a que pertencem e pelos interesses e poderes que nelas circulam. A sociedade é constituída pela diversidade, que tem como implicação uma multiplicidade de comportamentos e relações, o que guarda a possibilidade de enriquecimento das pessoas envolvidas. Entretanto, cada indivíduo possui sua particularidade, se diferenciam um dos outros. Verifica-se que nem sempre a diversidade e a singularidade são reconhecidas, gerando o preconceito tal qual como conhecemos. Do ponto de vista ético, o preconceito pode traduzir-se de várias formas, sendo a mais comum o não reconhecimento da universalidade de alguns princípios morais universais. Outra tradução dos preconceitos é a intolerância, pois não se aceita a diferença e tenta-se, de toda forma, censurá-la e silenciá-la.

No contexto escolar o professor, enquanto mediador do conhecimento, deve trabalhar com a multiplicidade de comportamentos e culturas, considerando a individualidade de cada indivíduo, incentivando o respeito mútuo com base em regras de convívio social estabelecidas.

A moral pode ser percebida no contexto escolar por meio das regras instituídas pelos professores, nos livros didáticos e pela instituição escolar como um todo, a ética, sendo a reflexão da moral, deve ser trabalhada pelos educadores em sala de aula, visando despertar nos educandos o senso crítico e fazendo com que os mesmos sejam capazes de compreender as relações existentes na sociedade em que vivem. Em referência à ética, é fundamental que, ao planejar as atividades a serem abordados com os alunos, os professores selecionem conteúdos que explicitem e despertem a curiosidade pelas diferentes formas de organização social e culturas existentes no mundo e pelos diferentes valores que sustentam o convívio, na escola e fora dela.

A escola é uma instituição pela qual esperasse que passem todos os membros da sociedade, colocasse na posição de ser mais um meio social na vida desses indivíduos.

Também veicula valores que podem convergir ou conflitar com os que circulam nos outros meios sociais que os indivíduos frequentam ou a que são expostos. Nesse contexto, ao longo dos anos, algumas tendências surgiram como forma de abordar a questão da moral e da ética, de forma que, segundo o PCN (1998), as tendências propostas são:

Tendência Filosófica: Não se procura fazer uma discussão sobre o que é o bem e o mal, mas promover o conhecimento das várias opções de pensamento ético, para que os alunos os conheçam e reflitam sobre eles.

Tendência Cognitivista: Esta tendência dá importância ao raciocínio e à reflexão sobre questões morais, e não à apresentação de um elenco de valores a serem ‘aprendidos’ pelos alunos. Apresentam-se dilemas morais a ser discutida em grupo a **Tendência Afetivista:** Procura-se fazer com que cada um tome consciência de suas orientações afetivas concretas, na esperança de que, de bem consigo mesmo, possam conviver de forma harmoniosa com seus semelhantes. A tendência Afetivista acerta ao levar em conta os sentimentos dos alunos, porém, quando cada um tem seus próprios valores se torna individual e esse individualismo é incompatível com a vida em sociedade.

Tendência Moralista: Ela tem um objetivo claramente normatizador: ensinar valores e levar os alunos a atitudes consideradas corretas de antemão. Os alunos ficam sabendo muito bem quais valores os educadores querem que sejam legitimados.

Tendência Democrática: A escola democrática não pressupõe espaço de aula reservado aos temas morais. Trata-se de democratizar as relações entre os membros da escola, cada um podendo participar da elaboração das regras e discussões e das tomadas de decisão a respeito de problemas concretamente ocorridos na instituição (BRASIL, 1998).

Atualmente, a escola deve possibilitar ao aluno a capacidade de realizar seus projetos, sendo que a qualidade desse aprendizado é condição fundamental para alcançar a qualidade moral de seus alunos. Além disso, é papel da escola proporcionar um convívio pautado na justiça, no respeito e na solidariedade, de modo que estes alunos vivenciarão esses valores, incorporando os a sua personalidade e levando essas práticas ao convívio em sociedade. Para que esses objetivos sejam alcançados, cabe a escola enfrentar o conflito

existente entre as suas normas e regras preestabelecidas e aqueles valores que cada um de seus membros traz consigo.

O professor, enquanto membro constituinte da instituição escolar deve planejar suas atividades de modo que, consiga estimular a participação dos alunos a serem coautores do seu processo de aprendizagem. Ainda deve ser enfatizada a importância de que o docente conheça a realidade dos seus educandos, para proporcionar aulas com conteúdos significativos a eles. Cabe destacar ainda, que para o funcionamento de uma gestão democrática, é importante que a escola possibilite a participação de todos nas decisões que são tomadas neste ambiente, uma vez que as determinações realizadas por uma pessoa ou por um grupo pequeno não abrangem o desejo e as necessidades da maioria.

A formação moral do cidadão é um dos objetivos previstos pelo PCN, para tanto trabalham com temas referenciados ao princípio da dignidade do ser humano.

Tendo em vista que a ética é um tema amplo e que visa o desenvolvimento da autonomia moral pelos alunos, para que estes possam compreender e atuar de maneira crítica diante dos valores e regras sociais, o PCN subdividiu os conteúdos éticos em blocos, são eles: Respeito, Justiça, Solidariedade e o Diálogo.

O respeito pode ser entendido como a valorização da cada indivíduo em sua particularidade. É uma atitude carregada de sentimento que podem ser confundidos de formas diferentes, como de submissão, medo, inferioridade ou pode estar associado a veneração ou consideração. Este deve deixar de ser apenas uma atitude baseada nas empatias das relações pessoais para tornar-se um princípio que norteie todas as condutas.

O princípio de que todas as pessoas devem ser respeitadas independentes de sua origem social, etnia, sexo, religião, opinião assim como as manifestações sociais culturais dos diferentes grupos sociais que constituem a sociedade, fundamenta o respeito.

A escola possibilita o convívio com diversos “tipos” de pessoas e assim os alunos podem e devem aprender ter o respeito por todos os alunos, isso é um dos papéis da escola.

Assim, se verifica que dentro das escolas o preconceito com as pessoas que não correspondem ao “modelo” padrão estabelecido pela sociedade estão presentes, cabe a escola (toda equipe) trabalhar para que isto não se estabeleça na instituição.

O conceito de justiça remete ao respeito/cumprimento das leis. Mas essa dimensão legal de justiça deve ser contemplada pelos cidadãos. No entanto, a ética é insubstituível para avaliar de forma crítica, certas leis, permitindo perceber se há privilégio de alguns em detrimento de outros. Fazer justiça é considerar a diversidade, pois só critério de equidade

restabelece a igualdade respeitando as diferenças. Dentro da escola deve-se fazer da mesma maneira ao avaliar e julgar as atitudes dos alunos.

Ouvir e valorizar diferentes opiniões também partilhar decisões ajuda na escolha da melhor decisão e a diminuir as injustiças e a escola também tem o papel de ensinar isso aos alunos.

Os indivíduos desde criança está sujeito as ações justas e injustas, a medida que crescem aumenta a capacidade de compreensão a respeito disso, e suas atitudes dependem de seu meio de convívio.

Os gestos de solidariedade são demonstrações de respeito entre os indivíduos.

Solidariedade está associada à doação, a ajuda, a tomar para si questões coletivas e se aplica também no exercício da cidadania. É importante que o aluno perceba a solidariedade ao ajudar um colega, assim como ao lutar por um ideal coletivo.

O diálogo é a expressão fundamental da relação entre os seres humanos, doação mútua da palavra. Ser humano é ser com os outros. Mas não deve ser confundidas com o passar ordens, impor visões de mundo. Na escola o diálogo ocorre constantemente, mas não deve se limitar a perguntas e respostas entre professor e aluno para avaliação, suas experiências devem ser integradas aos conteúdos trabalhados. Nas salas de aula pode ocorrer que alguns alunos monopolizam a fala, enquanto que outros não se manifestam muitas vezes por medo ou insegurança, cabe ao educador assim como toda a sala encontrar o equilíbrio, para que assim as aulas tornem mais dinâmicas para todos.

CONCLUSÕES

É inerente a todas as profissões o compromisso, o engajamento, o comprometimento. Esta não é uma regra, mas assume-se que todas as pessoas devam tentar levá-la adiante, levando-se em conta que cada um de nós atue profissionalmente de forma ética, em benefício dos empreendimentos nos quais estamos envolvidos. Isto significa respeito tanto por quem nos contrata e remunera quanto pelas pessoas que atendemos e a quem direta ou indiretamente prestamos serviços.

Tal razão, tão simples e objetiva, deve nortear nossas ações em qualquer circunstância, exceto, é óbvio, naquelas em que há coação, coerção ou violência de qualquer natureza a forçar-nos no trabalho, na ação profissional.

Ao assumir compromissos profissionais e assinar contratos de trabalho, não apenas nos comprometemos com nossos chefes e patrões ou com nossos clientes, pacientes ou alunos, temos a partir de então um compromisso muito maior com cada um de nós mesmos. Nossos nomes passam a ser avaliados e percebidos no âmbito profissional e também pessoal a partir das ações que realizamos, da conduta que temos, dos relacionamentos que fomentamos, dos resultados que somos capazes de obter...

Se não formos capazes de compreender isto, certamente muito mais do que aparentes prejuízos para empresas, hospitais, escolas ou qualquer outro tipo de empreendimento, assim como para clientes internos ou externos, causaremos danos irreversíveis para nossas próprias imagens...

No caso dos educadores, há certamente, como nas demais áreas de atuação profissional, direitos e deveres como parte do caminho que devemos trilhar. É justo e necessário que conheçamos e possamos utilizar de nossos direitos quando assim for necessário, nunca em demasia, jamais ultrapassando os limites éticos que sabemos presentes em nossa profissão.

É, por exemplo, o que deve ocorrer quanto às faltas eventuais que ao longo de nossa carreira podem ocorrer. Doenças, intervenções cirúrgicas, falecimentos e problemas familiares (com nossos cônjuges, filhos, pais, irmãos, avós...) ocorrem com todas as pessoas

em alguns momentos de suas vidas e, por conta destas dificuldades, as fazem ausentes. Como compromisso ético, é de fundamental importância que nos ausentemos somente quando isto realmente acontecer, o que, infelizmente, não é o que de fato ocorre...

Utilizar-se de expedientes como atestados médicos que lhe autorizem a ficar longe do trabalho por períodos longos, sem que realmente a pessoa esteja doente, constitui ação vil, que prejudica (e muito) os alunos (atrasando sua formação), onera ainda mais o setor público (com gastos adicionais para eventuais substituições) ou que, ainda, coloca até mesmo em risco físico os alunos que dispensados mais cedo das aulas... É uma ação que tem, portanto, consequências sérias (não apenas as mencionadas, mas muitas outras poderiam ser citadas), muitas vezes desprezadas por quem a realiza...

Como parte do Código de Ética dos educadores, num primeiro parágrafo, poderíamos inserir o compromisso da Assiduidade e, também, da pontualidade. Ser o mais freqüente possível, faltar apenas quando realmente for muito necessário e chegar um pouco antes do início das atividades escolares é elemento basilar da ação dos educadores. E é tão elementar que nem consta como parte de qualquer contrato de trabalho que tenhamos que assinar, simplesmente se espera que as pessoas, dotadas de bom senso, assumam este compromisso.

Ressaltando aqui que de tudo faremos para que se efetive a aprendizagem, ou seja, que utilizaremos metodologias, recursos e, em especial, nossa inteligência e criatividade para que a educação realmente aconteça. Este compromisso, podem pensar alguns de vocês, deveria ser o primeiro, com o que posso concordar, mas a questão da presença e da demonstração física do engajamento me pareceu tão importante no atual estado da educação pública brasileira que acabei colocando-a no parágrafo primeiro... Talvez este seja um equívoco a ser repensado e reparado posteriormente...

Indo um pouco além, e até mesmo para que os tópicos anteriores tenham sentido e validade, é preciso que os educadores se atualizem sempre quanto aos seus saberes e práticas pedagógicas, assim como no que se refere aos seus conhecimentos específicos (enquanto especialistas em história, geografia, letras, matemática, educação física, artes, inglês...), e também a atualidades.

Outro ponto importantíssimo, que nesta conclusão trago como essencial para a ética profissional dos professores refere-se à ideia de que o trabalho que realizamos é de suma importância social e que, como tal, realiza-se dentro do contexto de equipes, que contam com

vários trabalhadores... Nesse aspecto, compreender-se como parte de equipes de trabalho, colaborando para que tenham o melhor desempenho possível, sem perder de vista suas individualidades, mas entendendo-as como parte que enriquece e torna ainda melhor o todo da ação empreendida na escola seria nosso parágrafo quatro.

Os educadores são os artífices de um amanhã possível, de realizações grandiosas, que podem permitir o surgimento de um mundo mais justo. Já disse anteriormente e repito agora, professores podem salvar vidas...

E isto não se refere apenas ao nobre ato de trazer a tona, apresentar e discutir saberes com nossos alunos - refere-se também, e principalmente - ao fomento de relações humanas em que prevaleçam a solidariedade, a ética, a cidadania, a honestidade, o amor...

Portanto, O Código de Ética do Educador penso em algo como propiciar o diálogo, a compreensão e a troca no âmbito escolar e fomentar entre os alunos a curiosidade, o amor pelo conhecimento e a relação cordial, porém sempre aberta ao debate e a tolerância quanto a diferentes posições e ideias. valorizar o ser humano, talvez pudesse este ser o mote deste parágrafo... Penso que nesta última proposição esteja sendo poético e/ou filosófico demais, mas num mundo como o nosso, em que tudo é racionalidade e resultado, se não nos dermos o direito de sonhar, o que há de acontecer conosco...

Se as profissões não são estáticas e se são impelidas a acompanhar e muitas vezes antecipar as mudanças sociais, o conceito de profissionalismo enquanto ideal de serviço é um conceito em reconstrução permanente pelos seus profissionais. Reconstrução sempre difícil por implicar a redefinição de ideais interiorizados e a reconfiguração de identidades pessoais e grupais. Reconstrução inquietante, sobretudo em momentos de viragem, em que ela corresponde mais à pressão de forças exógenas do que endógenas, como parece ser atualmente o caso na profissão de professor do ensino superior.

Apesar da importância dada às funções de ensino e de investigação e de alguns princípios e valores comuns a alguns docentes, sobretudo em relação à investigação, não encontramos uma ideologia clara de profissionalismo que fosse um traço de união entre a classe professoral ou, pelo menos, entre os professores de cada grupo institucional. Esboçam-se, contudo duas visões principais da profissão: uma, com orientação mais técnico-científica, instrumentaliza a ética, tende a reduzir a ética profissional à deontologia, a considerar a pessoa nas múltiplas identidades dadas pelos seus papéis e a manifestar rejeição ou

ambiguidade quanto à necessidade de formação ética dos professores; outra, mais orientada para a formação da pessoa e favorável à formação dos docentes, sobrepõe ética pessoal e profissional enquanto emanção do mesmo eu. Parece-nos, pois que através dos meandros da complexa articulação entre a ética pessoal e profissional se constroem dois tipos de configuração ética identitária. Contudo, por lógicas diferentes, convergem no papel do professor como exemplo e parcialmente no conceito de responsabilidade profissional que pode ser restrita aos alunos ou alargada à sociedade, mas a dimensão de responsabilidade planetária, teorizada por Jonas, está quase ausente. Aqui parece-nos situar-se uma necessidade de formação.

Tendo em conta os resultados apresentados e a natureza do estudo que lhes deu origem, parece haver lugar para o desenvolvimento e o aprofundamento da investigação, de modo a captar mais finamente o pensamento dos professores sobre a ética profissional do ensino superior. Os conceitos de bem do aluno e de justiça no ensino, dada a centralidade que assumem no quadro de uma ética docente, parecem justificar que acções de formação a desenvolver neste domínio os tomem como objecto de reflexão e análise e conduzam à identificação das dimensões que os constituem.

Se, como afirma Dubar (1997, p. 178), a construção da identidade decorre de factores biográficos em interconexão com as situações de trabalho, seriam de esperar algumas diferenças visíveis entre professores das universidades e dos politécnicos, dada a diferença de tradições, de objectivos e de públicos que estas instituições servem. Tanto quanto uma análise qualitativa nos permite afirmar, os discursos de uns e de outros parecem acusar mais as variações inter-individuais do que as inter-grupais.

Contudo, será de prosseguir a hipótese de diferenças (a verificar por outro tipo de análise) no que diz respeito às concepções consequencialistas da ética e, logicamente, à formação ética dos alunos e à justiça como equidade, aparentemente mais explícitas nos docentes do politécnico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, C. P. *Administração de recursos humanos: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1996.

ARICÓ, Carlos Roberto. *Reflexões sobre a loucura*. São Paulo: Ícone, 1986.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ARISTÓTELES. *Coleção "Os Pensadores"*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2000.

AGUIAR, Emerson Barros de. *Ética: Instrumentos de paz e justiça*. 2. Ed. Natal. 2003

ALVES, Nilda (org.). *Formação de professores - Pensar e fazer*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (coleção questões de nossa época.).

ARROYO, M. G. *Ofício de mestre - Imagens e auto imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (coleção primeiros passos)

CASTANHO, Maria Eugênia L.M.; VEIGA, Ilma Passos A. (Orgs.). *Pedagogia Universitária - A aula em foco*. 3ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeus, 2007

DEMO, Pedro. *Conhecimento Moderno - Sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ESTRELA, Maria Teresa; MARQUES, Joana ; Alves, Francisco Cordeiro & Feio, Mariana (2008). *Formação ético-dentológica de professores do ensino superior. Subsídios para um debate*. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 7, pp. 89-100.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico científicas*. 5 ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2001.

GOMES, Henriette Ferreira (Coord.). *Treinamento Sobre Ética Profissional*. Conselho Federal De Biblioteconomia - Comissão de Ética Profissional 14ª Gestão, Brasília, mar. 2007

MARTINS, Eliseu; LISBOA, Lázaro Plácido. *Ética geral e profissional em contabilidade*. 2. ed. São Paulo.

NALINI, José Renato. *Ética geral e profissional*. 2 ed. São Paulo: RT Didáticos, 1999.

VAZCHEZ, Vasquéz, Adolfo. *Ética*. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

Revista PUC: *Ética em Pesquisa*, ano 7, julho a Setembro de 2006.

RODRIGUES, Carla e **SOUZA**, Hebert de. *Ética e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1994 (coleção polêmica)

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 6 ed. São Paulo: Cortez,1997. (coleção questões de nossa época)

UNESCO. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.